



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III – CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

DIEGO LIMA DE SOUZA

A ERA COLLOR E A MÍDIA: AS (IN)CONVENIÊNCIAS DA MEMÓRIA

GUARABIRA-PB

2014

DIEGO LIMA DE SOUZA

A ERA COLLOR E A MÍDIA: AS (IN)CONVENIÊNCIAS DA MEMÓRIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em História da UEPB – Campus III – Centro de Humanidades, como requisito para obtenção de título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira

GUARABIRA-PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S725e Souza, Diego Lima de
A era Collor e a mídia [manuscrito] : as (in)conveniências da
memória / Diego Lima de Souza. - 2014.
52 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2014.
"Orientação: Tiago Bernardon de Oliveira, Departamento de
História".

1. Poder político 2. Mídia 3. Memória. I. Título.

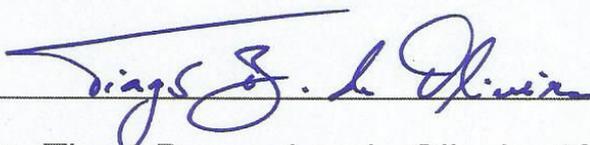
21. ed. CDD 320

DIEGO LIMA DE SOUZA

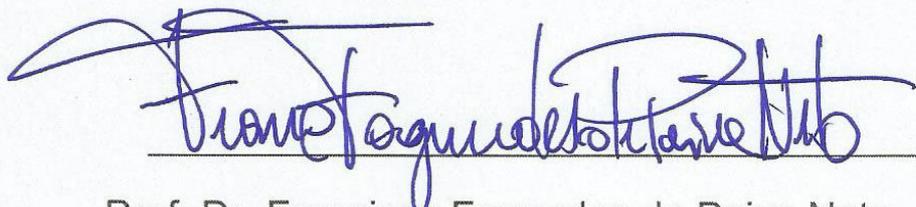
A ERA COLLOR E A MÍDIA: AS (IN)CONVENIÊNCIAS DA MEMÓRIA

TCC aprovado em 12/3/2014

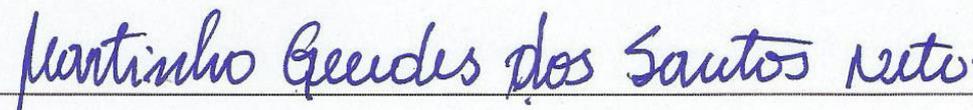
Banca Examinadora



Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira (Orientador) – DH / CH / UEPB



Prof. Dr. Francisco Fagundes de Paiva Neto – DH / CH / UEPB



Prof. Ms. Martinho Guedes dos Santos Neto – DH / CH / UEPB

DEDICATÓRIA

Dedico, em primeiro lugar, a Deus, por ter me proporcionado a conclusão da Monografia. Ao professor Dr. Tiago Bernardon de Oliveira, que acompanhou e auxiliou a construção do texto de maneira atenciosa. À minha família, em especial as minhas duas mães (avó e mãe biológica), que ajudaram em minha formação.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, que me concedeu o dom da vida;

Ao professor Tiago Bernardon de Oliveira, pela orientação, atenção e paciência sem precedentes na construção do texto;

A minha namorada Andreza Silva, por toda a atenção e incentivo que ofereceu em todas as etapas da escrita do trabalho;

Aos amigos Severino do Ramo (*bizzolinha*) – o formatador incondicional de todas as horas, Cristiano Bernardo Frasso (*Bôla*), Huélio Levy, Luiz Henrique, Leandro Santos e Pedro Braúna, meus sinceros agradecimentos por retirarem um pouco o fardo da tensão decorrente pelas horas dedicadas à monografia.

As minhas tias, Cícera Colombo e Doraci de Souza, este trabalho possui uma contribuição de vocês.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
CAPÍTULO I: Campanha Presidencial de 1989, as articulações da classe dominante em defesa do projeto neoliberal	10
1.1 Eleições presidenciais de 1989: projetos políticos antagônicos e tensões de classes	14
1.2 A vitória de Fernando Collor e o projeto neoliberal	20
CAPÍTULO II – O governo Collor (1990-1992), o impeachment e as primeiras manifestações memorialistas sobre o processo (1992-1993-1995-1997)	24
2.1 A imprensa e as memórias do pós-impeachment: desvinculação com o governo Collor	28
2.2 As entrevistas de Fernando Collor ao SBT Repórter (1995)	32
2.3 Entrevista de Fernando Collor ao Jornal Nacional (1997)	34
CAPÍTULO III – a volta de Fernando Collor ao cenário político e os 20 anos do impeachment	37
3.1 Dossiê Globo News e a nova postura de Fernando Collor	43
3.2 Os 20 anos do impeachment: a memória produzida pela mídia sobre o episódio	45
CONCLUSÃO	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

INTRODUÇÃO

*Quase acreditei na sua promessa
E o que vejo é fome e destruição
(...)
E, por honra, se existir verdade
Existem os tolos e existe o ladrão
E há quem se alimente do que é roubo
Mas vou guardar o meu tesouro
Caso você esteja mentindo
(...)*

(“Metal Contra as Nuvens” – 1991 –Dado Villa-Lobos e Renato Russo)

Tratado pela grande imprensa por “Fenômeno Collor”, “Caçador de Marajás”, Fernando Collor de Mello procurou impingir em sua administração à frente do governo de Alagoas um traço inovador: a caça aos privilégios dos altos funcionários do Estado, os chamados “marajás”.

Pertencente a uma família tradicional e detentora do principal grupo de comunicações de Alagoas – afiliada da Rede Globo – Fernando Collor de Mello soube apropriar-se da linguagem televisiva para galgar os preciosos índices de aprovação e popularidade em escala nacional.

Com o auxílio de importantes setores da imprensa nacional, em destaque a revista *Veja* e a Rede Globo, o governador de Alagoas passou a figurar em matérias de capa e reportagens principais da grande imprensa do centro do país.

Resultado: o lançamento de sua candidatura à presidência da República e a posterior vitória nos pleitos eleitorais de 15 de novembro e 17 de dezembro de 1989, consubstanciaram-se em exemplos práticos de que estratégias de *marketing* bem elaboradas, apoio dos grandes veículos midiáticos e as subvenções do grande empresariado podiam garantir uma vitória meteórica.

Para parte da classe dominante¹ e de setores da elite política e midiática, o nome de Fernando Collor como presidenciável não foi uma escolha ao acaso: era,

¹ Neste trabalho, entende-se como classe dominante, a classe proprietária dos meios-de-produção principalmente à proprietária do grande capital. Sua posição de dominação se processa através de diversos

por um lado, a escolha de uma figura política que destoava de antigos remanescentes da combalida Nova República, a exemplo de Ulysses Guimarães e Mário Covas. Esses setores souberam captar a impopularidade dos “medalhões” da política tradicional com os setores populares. Apoiaram e apostaram no “novo”, em um símbolo de modernidade pelo desenvolvimento capitalista.

Fernando Collor recebeu todo o tipo de apoio de uma elite que, por outro lado, temia mais do que nunca a possibilidade de figuras políticas com forte apelo e base popular, como Luís Inácio Lula da Silva e o PT e Leonel Brizola e a herança getulista de seu PDT, alcançarem o Planalto. Em decorrência do clima de instabilidade, da tensão de classes e do afloramento das paixões políticas, a campanha presidencial de 1989 foi um episódio singular na forma como a classe dominante e setores ligados à construção da “opinião pública” através da mídia de massas se manifestaram para garantir a vitória de Fernando Collor.

A vitória do “Caçador de Marajás” significou a entrada efetiva do neoliberalismo no país. Significou a abertura econômica e ataques ao patrimônio estatal com o início do processo de privatizações de empresas públicas. A grande imprensa, formada por grandes empresas de comunicação e um dos elementos formadores e difusores de ideias da classe dominante brasileira, ou pelo menos de frações desta classe, foi enérgica e atuante em todas as etapas do governo Collor, na cobrança e acompanhamento da implantação das medidas neoliberais.

Como consequência da desastrosa política econômica o país iniciaria um período de acentuado desemprego, redução salarial e uma inflação descontrolada. Aliado às constantes denúncias de corrupção, e fragilidade das alianças político-partidárias no Congresso, o governo de Fernando Collor caminharia para o abismo.

Antevendo a impossibilidade de continuidade do governo a classe dominante soube apropriar-se do movimento de impeachment ao seu favor.

A manipulação da memória e a construção de uma identidade que privilegiasse os interesses da elite foram uma marca sempre presente nos momentos que precederam o processo de impeachment, pois a continuidade do

meios e não apenas o da coerção física através do Estado. Faz-se uso de elementos ideológicos e hegemônicos, em que se tenta construir uma visão de mundo segundo a qual seus interesses particulares são colocados como os mesmos interesses de toda a nação, incluindo das classes trabalhadoras e demais segmentos populares. Isso não significa dizer que a classe dominante é um bloco coeso e todos seus elementos partilham das mesmas posições políticas. Entende-se que a classe dominante é formada por frações, que muitas vezes disputam entre si a hegemonia de seus interesses convertida no controle de mecanismos políticos capazes de garantir e orientar a satisfação de seus interesses.

projeto neoliberal era o principal objetivo, independente de qual governante estivesse no poder.

Este trabalho tem como objetivo apresentar e discutir alguns aspectos que permearam a construção da memória acerca da ascensão e queda de Collor na presidência da República em meio a múltiplos interesses políticos, sobretudo o de efetivação das políticas econômicas neoliberais, antes e depois de seu governo.

CAPÍTULO I: CAMPANHA PRESIDENCIAL DE 1989, AS ARTICULAÇÕES DA CLASSE DOMINANTE EM DEFESA DO PROJETO NEOLIBERAL.

Compreender as produções jornalísticas e midiáticas que se processaram no decurso do impeachment do presidente Fernando Collor e seus desdobramentos em determinadas periodizações (1992 a 2007), implica partir, primeiramente, de uma análise crítica que abarque os mecanismos de reverberação, manutenção e silenciamento de um conjunto de informações relativas a campanha presidencial (1989) e do posterior governo Collor (1990-1992)

No período que sucedeu o impeachment, foi lançada uma série de reportagens e produções jornalísticas² que tratavam as repercussões do episódio como uma demonstração de cidadania e repúdio à corrupção por parte da sociedade brasileira. Porém, quais as razões para a ocultação de alguns episódios que compuseram a campanha presidencial de 1989, nesse caso, com participação decisiva de grandes veículos de comunicação (como, por exemplo, a revista *Veja* e a Rede Globo)? E quais as razões das formas de apoio velado da imprensa a implantação do neoliberalismo desde os primeiros momentos do governo (1990)?

Essas indagações leva-nos a perceber quais os jogos de interesses transpareciam por trás do silêncio intencional, silêncio este atrelado ao poder. Poder que transforma os vestígios do passado, como os textos jornalísticos, em “um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder.” (LE GOFF, 2012, p. 520).

No contexto das eleições presidenciais de 1989, analisar a conjuntura política da época irá trazer à tona respostas sobre o silêncio intencional orquestrado pelos grupos midiáticos no pós-impeachment.

Antecedendo a campanha presidencial de 1989, deve-se levar em conta que o Brasil vivia um longo processo de transição política, lenta e gradual, que visava constituir um sistema de democracia representativa presidencialista e civil que, no entanto, não colocasse em risco as forças sociais e políticas beneficiárias e de sustentação da ditadura militar iniciada no golpe de 1964. As forças políticas civis

² Ver Globo Repórter – Posse de Itamar Franco no segundo capítulo desta monografia

que compunham a base de sustentação da ditadura se reagrupavam em novos arranjos e estratégias em torno de sua própria sobrevivência e manutenção de poder. Neste sentido, é de fundamental importância o depoimento do assessor de entidades patronais, Ney Lima Figueiredo, em 04 de outubro de 1988, reproduzido por Kucinski (1998, p. 109), no qual relatou que havia uma preocupação dos setores articulados do empresariado brasileiro em buscar um personagem que pudesse derrotar nas eleições que se avizinhavam, a um só tempo, o PT de Luís Inácio Lula da Silva e o “caudilho” trabalhista Leonel de Moura Brizola. Essa ideia era discutida amplamente, desde os trabalhos da Constituinte, nos escritórios da poderosa FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

Para a classe dominante, as futuras candidaturas de Lula e Brizola se apresentavam como ameaçadoras. Por um lado, o ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que, ao voltar do exílio forçado, elegeu-se governador do estado do Rio de Janeiro em 1982, após uma polêmica eleição, envolvendo a Proconsult e a Rede Globo. Em períodos anteriores, as razões de tal temor também podem ser encontradas nos episódios da sucessão presidencial de 1961. Leonel Brizola, na época governador do Rio Grande do Sul, liderou a chamada Campanha da Legalidade, que, mobilizando a população, da polícia militar e do Exército naquele estado, se dispôs a pegar em armas para defender a posse de João Goulart em substituição a Jânio Quadros, que havia renunciado à presidência. João Goulart, ex-ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, era identificado por setores militares e pela direita conservadora como agitador dos meios operários e vinculado aos comunistas. Desencadeando a Campanha da Legalidade, Brizola “assumiu uma postura radicalmente contra a iniciativa e praticamente tornou o estado uma região rebelada” (KONRAD e LAMEIRA, 2011, p. 69). A ação de Brizola retardou o golpe contra Goulart, que iria se concretizar, porém, em 1964.

Entre 1961 e 1982, Leonel Brizola atuou de maneira direta como entrave à atuação arbitrária e desmedida de setores da classe dominante brasileira, principalmente os ligados ao capital internacional, na implantação de seus projetos.

Em outro campo da oposição, encontrava-se o sindicalista Luís Inácio Lula da Silva. A mobilização popular em torno do chamado “novo sindicalismo” resultaria na fundação do PT (Partido dos Trabalhadores), um partido que, desde seu processo de constituição, “havia incorporado novos sujeitos sociais, movimentos populares e

ambientalistas e de minorias; e com isso incorporava uma nova temática” (KUCINSKI, 1998, p. 108), que, por sua vez, viria a renovar, através da forte vinculação com a classe trabalhadora, o cenário da política partidária, do vocabulário e do próprio modo de fazer política no Brasil.

Causava um temor mais acentuado o Partido dos Trabalhadores, pois junto com a CUT (Central Única dos Trabalhadores), eram “tributários das lutas operárias ocorridas ao longo do final dos anos 1970 que redundaram no fim da ditadura e na promulgação da Constituição” (SILVA, 2009, p. 27).

Ambos os braços (PT e CUT) defendiam os interesses da classe trabalhadora cujas lutas desde, pelo menos, o início do século XX, eram associadas pela classe dominante e elite dirigente do país à quebra da paz social, a “desagregação, do caos, do perigo das revoltas populares.” (DE DECCA, 1981, p. 129). Como uma estratégia constante ao longo da história republicana brasileira, sobretudo como subterfúgio para justificar a própria ditadura, também se tentou associar as greves operárias do ABC paulista (1978, 1979 e 1980) à quebra da paz social, terminando com a prisão dos líderes do movimento³. Ao longo do século XX, a classe dominante brasileira sempre temeu a possibilidade da mobilização autônoma dos trabalhadores redundar na “formação de um projeto [de classe] para si⁴” (DE DECCA, 1981, p. 36).

No final da década de 1980, encontrar um candidato que pudesse barrar o crescimento de Lula e Brizola tornou-se uma necessidade cada vez mais premente. Esse candidato surgiu. De maneira pouco tímida, órgãos de imprensa – no caso de nossa análise, reportaremos principalmente à revista *Veja* e à Rede Globo – iniciaram a divulgação dos feitos do governador de Alagoas Fernando Collor de Mello em escala nacional.

Segundo Kucinski (1998, p. 16), a percepção da política por parte da maioria da população brasileira, marcada por altos índices de analfabetismo e pelo baixo poder aquisitivo, advém dos meios eletrônicos de comunicação (rádio e TV) e, em menor escala, pela leitura de jornais e revistas.

³ Na greve de 1980, Luís Inácio Lula da Silva é preso juntamente com toda a diretoria do sindicato de São Bernardo. Conjuntamente à prisão dos líderes do movimento, foram proibidas reuniões e assembleias operárias em prédios e espaços públicos. Ver: MOURA, 2010, p. 44.

⁴ Idem, p. 36.

Dessa maneira, os meios de comunicação de massa, que são, na realidade, grandes empresas, se permitem intervir diretamente na constituição da chamada opinião pública, de modo a defender seus interesses em contraposição a projetos políticos que possam vir a lhes ameaçar. E no caso em análise, o interesse era dinamizar o capitalismo no Brasil. O novo executivo federal não poderia pôr essa perspectiva em risco. A saída midiática viria com a transformação de Collor no “Caçador de Marajás”⁵, em meio a uma grave crise econômica e de desgaste acentuado do governo Sarney.

Em 23 de março de 1988, a revista *Veja* trouxe o governador de Alagoas, Fernando Collor na capa com o sugestivo título: “Collor o Caçador de Marajás”. No ano anterior, o *Globo Repórter* exibiu uma reportagem especial sobre as ações de Fernando Collor à frente de seu estado:

O novo Governador Fernando Collor de Mello, empossado há quinze dias, está atacando de frente o problema e foi justamente uma decisão do Governador que permitiu ao *Globo Repórter* flagrar uma situação escandalosa de empreguismo⁶. (Documentário *Arquitetos do Poder*, 2010. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=EoA6zsaR0xo>. Acesso em: 08/08/2013)

Na conjuntura de crescimento do nacionalismo-popular de Brizola e do esquerdismo petista de Lula, as elites, acostumadas aos acordos políticos entre seus próprios pares, passaram a utilizar-se ainda mais da mídia como veículo de controle social, pois:

“A abertura [política] trouxe consigo a ilegitimidade das formas coercitivas de controle, nesse caso a repressão tornou-se instrumento secundário de controle e a mídia passou a ser procurada pelas elites dominantes como o meio principal de controle social.” (Kucinski, 1998, p. 18).

Assim, ainda de acordo com Kucinski, o consenso produz-se de forma externa à mídia, imposta como parte de uma decisão de estado-maior das classes proprietárias. Se, por um lado, o consenso sobre determinado tema é, em grande parte, propagado pela mídia, por outro, é usual subsistirem “análises históricas alicerçadas nos discursos provenientes das classes dominantes e do aparelho

⁵ A revista *Veja* na edição de 12 de agosto de 1987 lança uma reportagem de capa com o seguinte título: “A praga dos Marajás”. Na reportagem expõem-se os desproporcionais vencimentos de funcionários públicos de diversos estados, inclusive na Alagoas do governador Fernando Collor.

⁶ Trecho narrado por Sérgio Chapelin no *Globo Repórter* em 1987.

Estado” (DE DECCA, 1981). Desta maneira, forma-se um sólido sistema de perpetuação memorialista de acordo com os interesses das classes dominantes.

Perceber a campanha presidencial de 1989 como uma construção da memória histórica no interior de uma luta de classes, trará uma nova perspectiva sobre quais interesses estavam por trás de todo o consenso produzido pela mídia no pós-impeachment, assim como dos métodos de manipulação de notícias e informações em 1989. Subjaz-se, em ambos os casos, o processo ativo de controle social sobre as classes populares.

A perpetuação no poder é sempre um objetivo a ser mantido pelas elites. As disputas internas, por vezes uma constante, são deixadas de lado numa estratégia de preservação mútua, em que: “A imposição do consenso previamente acordado pelas elites tem sido a fórmula recorrente de acomodação das grandes divergências políticas e de travessia dos momentos de transição” (KUCINSKI, 1998, p. 19).

Assim, a elite dominante soube contornar episódios em que se viu potencialmente ameaçada, a exemplo das Diretas-Já e, como será abordado mais adiante, as eleições presidenciais de 1989.

1.1 Eleições presidenciais de 1989: projetos políticos antagônicos e tensões de classes.

Após 29 anos de impedimento institucional do direito ao voto para presidente da República, em 1989 a população brasileira se preparava para uma eleição. A transição “lenta, segura e gradual” tão defendida pelos que estavam no poder estava para ser finalizada, porém existiam questões de uma complexa envergadura a serem discutidas no pleito. Questões que segundo Silva (2009, p. 29) “acompanha o acirramento das lutas sociais do período, tanto no seu aspecto político, de luta pela democracia, como pelo agravamento da situação econômica, fruto da progressiva disseminação das políticas neoliberais em nível mundial”.

Em 1989, a composição das candidaturas, além do número elevado de candidatos, chamava a atenção pela heterogeneidade ideológica dos presidenciáveis, a exemplo de Ulysses Guimarães⁷ (Partido do Movimento

⁷ Ulysses Silveira Guimarães (1916-1992) foi um importante parlamentar do Brasil, presidente do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição consentida pela ditadura, que daria origem ao Partido do

Democrático do Brasil), Aureliano Chaves⁸ (Partido da Frente Liberal - PFL), Luiz Inácio Lula da Silva⁹ (Partido dos Trabalhadores - PT) e Leonel Brizola¹⁰ (Partido Democrático Trabalhista - PDT).

Para além dos nomes acima citados, sobressaía-se como “novidade”, segundo a obra *Jornal Nacional: A notícia faz história* (2004), a candidatura do ex-governador de Alagoas Fernando Collor, assim descrita:

A grande novidade das eleições foi o ex-governador de Alagoas, Fernando Collor, que se candidatou por um partido pequeno e praticamente desconhecido, o PRN, e desde abril começou a liderar as pesquisas de intenção de voto. **Com um discurso agressivo contra o governo Sarney e uma política de marketing que enfatizava a imagem do político independente, jovem e empreendedor, Fernando Collor se transformou num fenômeno eleitoral.** (JORNAL NACIONAL, 2004, p. 204 - grifo nosso).

A referida obra não faz menção sobre a participação de outros veículos de imprensa na formatação do candidato do PRN, no que se denominou de “Furacão Collor¹¹” e “Caçador de Marajás”, o que foi uma constante nos meses que antecederam a campanha. Era necessário limitar o fenômeno de crescimento da candidatura do ex-governador a uma estratégia de marketing eleitoral bem articulada, não mencionando a participação da própria Rede Globo na divulgação dos feitos de Collor.

Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Em 1987 comandou a Assembleia Nacional Constituinte. Posteriormente em 1992 foi um dos principais articuladores políticos pela aprovação do impeachment do presidente Fernando Collor.

⁸ Antônio Aureliano Chaves de Mendonça (1929-2003) notabilizou-se na política brasileira: entre 1975 e 1978 foi governador de Minas Gerais, de forma indireta. Entre 1979 e 1985 vice-presidente da República. Participou do movimento golpista que depôs o presidente João Goulart em 1964. Seu partido, o PFL (Partido da Frente Liberal), é herdeiro direto da ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido civil que dava sustentação à ditadura.

⁹ Luiz Inácio Lula da Silva (1945-) emergiu como líder sindicalista nas greves do ABC paulista, no final da década de 1970. Participou ativamente da Fundação do Partido dos Trabalhadores em 10 de fevereiro de 1980. Em 1984 foi uma das principais lideranças envolvidas no movimento pelas “Diretas-Já”. Em 1986 foi eleito deputado federal para a Assembleia Constituinte. Candidata-se para a cadeira presidencial em 1989, mas só vai ocupa-la em 2003, sendo reeleito em 2006 para um segundo mandato que duraria até 2010, quando seria sucedido pela Chefe da Casa Civil de seu governo, Dilma Rousseff.

¹⁰ Como dito anteriormente, Leonel de Moura Brizola (1922-2004) foi prefeito de Porto Alegre (1955-1958), deputado estadual, federal e governador do Rio Grande do Sul (1959-1963) e governador do Rio de Janeiro (1983-1987 e 1991-1994). Herdeiro político do trabalhismo de Getúlio Vargas, e foi a principal liderança da Campanha da Legalidade, em 1961, que garantiria a posse de seu cunhado, João Goulart, como presidente da República após a renúncia de Jânio Quadros. Após seu retorno do exílio imposto pelo golpe de 1964, tenta reorganizar sob seu controle o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), mas disputas políticas e jurídicas com a sobrinha neta de Getúlio Vargas impõem sua retirada para fundar o Partido Democrático Trabalhista (PDT).

¹¹ Expressão utilizada em uma matéria do Jornal do Brasil, escrita pelos jornalistas Augusto Nunes e Ricardo Setti, com o seguinte título: “Furacão Collor” começa a mudar a vida de Alagoas.

Compreender os objetivos da construção do candidato Fernando Collor, para além do que Ronald de Carvalho¹² denominou de criação de um *factoide* por parte do governador, deve-se partir para uma análise mais ampla. Análise que possa elencar quais interesses estavam por trás da escolha de Fernando Collor como o candidato das elites dominantes, ao invés dos “medalhões” da política como Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves.

No ano de 1989, período em que a população estava vivenciando uma crise de hiperinflação, reforçada pela ineficiência e corrupção do governo Sarney, existiu segundo o depoimento de Antonio Lavareda¹³, uma espécie de crise de representatividade daqueles que participaram das articulações da Nova República.

A sensação de otimismo vivenciada no período denominado de “Nova República” foi sistematicamente substituída pelo descrédito da população, ocasionado pela fracassada política econômica do governo Sarney. Dessa forma as lendas e os políticos tradicionais foram sendo estigmatizados, tornando-se desprezíveis e corroídos.

Percebendo esse estado de rejeição, que se processou nos últimos anos do governo Sarney, as elites dominantes habilmente articularam a construção de um candidato que representasse o “novo”, reforçado pela agressividade no combate à corrupção. Fernando Collor, desde os primeiros meses à frente do governo de Alagoas, impôs medidas de grande impacto no meio popular¹⁴.

Uma marca perceptível nos meses que antecederam as eleições presidenciais, de acordo com Carla Silva (2009), é a acentuada tensão de classes. Tensão essa que vai se tornar mais explícita às vésperas do pleito. Nas articulações iniciais de candidaturas à cadeira presidencial, a direita dispersou-se em diversas frentes e nomes (SILVA, 2009, p. 211). Roberto Marinho, o presidente e proprietário das Organizações Globo, em 02 de abril de 1989, antevendo os efeitos negativos dessa dispersão por parte da direita, conclama seus pares através do Editorial

¹² Ver Documentário Arquitetos do Poder (2010).

¹³ Diretor do Instituto de Pesquisas – IPESPE – Depoimento contido no Documentário Arquitetos do Poder (2010).

¹⁴ Dentre as medidas destacam-se a negativa de Fernando Collor em pagar os elevados vencimentos dos “marajás” – gerando uma possibilidade de intervenção federal - e a obrigatoriedade dos funcionários baterem o ponto.

“Convocação”, com o objetivo de articular a elite na escolha em um nome de consenso:

Um candidato, afinal, com uma abordagem **moderna** e otimista dos problemas brasileiros, que devolva a nação o direito de sonhar com o **futuro**. Esse candidato, prosseguiu, ofereceria a nação “uma alternativa melhor que a obriga-la a escolher entre um projeto caudilhesco-populista e um outro meramente contestatório” – ou seja, Brizola e Lula. (CONTI, 1999, p. 154 - **grifo nosso**).

Nesse caso, perpassando a ideia central de articulação da direita, a principal preocupação de Roberto Marinho seria manutenção do projeto encampado por Fernando Collor: a implantação e efetivação do neoliberalismo. A preocupação central das elites seria a vitória das candidaturas de Lula ou Brizola. Candidaturas, que segundo Carla Silva (2009), tenderiam a empurrar o futuro governo para uma alternativa não comprometida com a “economia de mercado”. O nome de Fernando Collor, por sua vez, significava “a liberdade ditada pelos padrões do mercado, a falsa ideia de harmonia entre capital e trabalho, escondendo a dependência do primeiro com relação ao segundo” (SILVA, 2009, p. 210).

Nesse contexto a escolha do projeto defendido por Fernando Collor significava a *modernidade* e a perspectiva de um *futuro* promissor para o país, notadamente para as elites que se beneficiariam da política econômica de mercado. Dessa forma, Fernando Collor soube adequar-se aos anseios dos eleitores de diferentes estratos sociais:

Com grande sensibilidade para o *marketing* político e com a ajuda de uma verdadeira “empresa político-eleitoral”, Collor construiu uma imagem pessoal que, na situação de crise econômica e política experimentada pelo Brasil do final dos anos 1980, tocou em pontos sensíveis das expectativas das massas populares incultas e das elites empresariais. (SALLUM E CASARÕES, 2011, p. 167).

Defender abertamente a economia de mercado, mesmo que significasse a impopular revisão de alguns artigos da Constituição - fruto das articulações dos movimentos sociais na Constituinte¹⁵ - era uma bandeira defendida arduamente por parte das classes dominantes. Significava que, sob essa orientação política, “o problema econômico central do Estado consiste em garantir os fluxos de

¹⁵Ver Silva, 2009, p. 89. Sobre a edição da revista Veja de 20/05/1992: os defensores do neoliberalismo propondo a revisão da Constituição.

pagamentos entre a economia nacional e a internacional, e não em melhorar a renda, o emprego ou o bem-estar da população.” (KUCINSKI, 1998, p. 19).

Na implementação desse quadro econômico e social, delineado segundo os anseios da classe dominante, caberia ao mercado a atuação como:

“(…) instrumento básico de realização do projeto de produção, mas sob controle social; a domesticação do capitalismo brasileiro; institucionalização do conflito social, criando liberdade sindical e abolindo o grevismo selvagem, num ambiente de conflito regulado, e á base, principalmente da livre negociação, com o mínimo de interferência do Estado”. (VELLOSO apud SILVA, 2009, p. 33).

A simbiose entre as elites e o projeto político de Fernando Collor tornou-se visível com o incentivo de campanhas publicitárias e a promoção de símbolos associados ao candidato, encampado por empresas como Hering, Caloi e Skol. Nas campanhas eram utilizados mecanismos de identificação, associando Collor à juventude e disposição e Lula ao atraso e a ignorância¹⁶.

A campanha presidencial de 1989 possuiu parte de seus desdobramentos no horário televisivo, isso incluía o próprio horário eleitoral gratuito e as produções jornalísticas sobre os candidatos. As campanhas televisivas desenvolvidas para os candidatos Collor e Lula possuíam uma formatação inspirada nos moldes da Rede Globo¹⁷. Esse respaldo obtido pela televisão explica-se pelo viés do crescimento avassalador dos aparelhos nas residências brasileiras. Segundo Alves (2004), existiu um crescimento ascendente de aparelhos por domicílio entre a década de 1960 (5%) e 1991 (80%)¹⁸. O autor apresenta a Rede Globo, criada em 1965, como “a companhia líder em audiência nas últimas décadas”.

O crescimento do número de aparelhos por domicílio foi acompanhado pelo acentuado desenvolvimento tecnológico, processo esse que segundo as palavras de

¹⁶ SÁ, Roberto Boaventura da Silva. Doutorado em Comunicação, ECA, USP, 2002. Apud, SILVA, 2009, p. 203.

¹⁷ Ver: Documentário Arquitetos do Poder (2010)

¹⁸ Números do IBGE apresentados por José Eustáquio Diniz Alves (2004). (Disponível no site: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv3124.pdf>).

Arbex Júnior (2001, p. 39) fomentou a “concentração de poder nas mãos de um pequeno número de corporações da mídia”, nesse caso destaca-se a Rede Globo¹⁹.

Não foi ao acaso que Cláudio Humberto Rosa e Silva, então assessor do governador Fernando Collor, estabeleceu estreitos contatos com a alta cúpula do jornalismo da Rede Globo, principalmente com o Diretor de Telejornais de Rede, Alberico Souza Cruz (ROSA E SILVA, 1993, p. 225). Segundo o assessor, a partir desse contato, as coberturas jornalísticas sobre Alagoas foram exibidas em escala nacional com maior intensidade.

De acordo com Arbex Júnior (2001, p. 57), existe similaridade entre o desenvolvimento das megacorporações da mídia e o processo econômico capitalista que culminou no imperialismo. As frequentes fusões e/ou aquisições realizadas entre grupos midiáticos e a consequente hegemonia de controle na produção/veiculação de notícias representam esse panorama. Daí se explica o interesse da Rede Globo em apoiar a futura candidatura de Fernando Collor nos primeiros meses deste a frente do governo de Alagoas. Era necessário um governo que mantivesse e aplicasse com maior intensidade o projeto econômico nos padrões neoliberais.

Como presidenciável, Fernando Collor soube incorporar a linguagem televisiva no seu comportamento²⁰. Apresentar-se perante o eleitorado como o “moderno” e o “novo” incluía a incorporação de uma postura que se diferenciava dos políticos tradicionais. Durante sua passagem pela presidência, Collor explorou esse lado da espetacularização, praticando esportes e outras atividades que dessem visibilidade e “notícia”. Portar-se para o público dessa maneira era uma tendência usual no meio político, pois de acordo com Burke (1992, p. 209), políticos como Kennedy e De Gaulle instituíram o “Estado- espetáculo” e o “sistema espetacular de política” nos respectivos mandatos. Apoiada em linguagem proveniente do cinema, rádio e televisão, as ações dos políticos amparam-se na frequente exposição às câmeras e na divulgação de suas respectivas agendas.

¹⁹ Ver: KUCINSKI, 1998, p. 20. Sobre o incentivo do regime militar na implantação de uma vasta rede de telecomunicações, beneficiando a Rede Globo na consolidação do seu império midiático.

²⁰ Na edição de 24/12/1989 a revista *Veja* reedita uma fotografia polêmica: Collor mostrando os bolsos vazios em frente ao Palácio do Planalto, em alusão à falta de verbas do governo federal.

1.2. A vitória de Fernando Collor e o projeto neoliberal

A tensão de classes tornou-se mais acentuada a partir dos resultados do primeiro turno das eleições presidenciais de 1989: Fernando Collor 28% e Lula 16,08%. O temor por parte das elites configurou-se a partir da perspectiva dos votos de Brizola (11,1 milhões) serem transferidos para o candidato petista no segundo turno.

Lula chegar ao segundo turno em uma disputa eleitoral direta, que envolvia projetos antagônicos, significava uma real possibilidade das elites dominantes verem o projeto em curso estagnar-se. Um projeto que tinha no controle da máquina estatal uma das principais formas de manutenção da dominação, onde a “vida estatal torna-se uma generalização do projeto de dominação de uma classe sobre as outras, (...) um projeto político pelo qual essa classe organiza, de ponta a ponta, a sociedade em função dos interesses do capital” (DECCA, 1981, p. 138). Nesse sentido, a vida estatal não se restringe apenas às funções de governo, levando a seguinte constatação: as relações de poder se processam em todos os setores sociais, do público ao privado.

No segundo turno das eleições de 1989, ocorreram transformações significativas no comportamento e discursos dos candidatos Lula e Collor, objetivando galgar os preciosos índices de intenção de votos. A equipe de campanha de Lula adquiriu maior profissionalismo, Lula passou a vestir terno e a sorrir com maior frequência²¹. Por sua vez, a equipe de Fernando Collor adotou uma estratégia baseada no radicalismo e ataques pessoais, a exemplo das denúncias da ex-namorada de Lula, Miriam Cordeiro no programa eleitoral do PRN (CONTI, 1999, p. 238).

Nessa conjuntura, os candidatos Collor e Lula participaram do último debate presidencial, realizado no dia 14 de dezembro, três dias antes das eleições, transmitido por um *pool* formado pelas quatro principais emissoras de televisão do país: Globo, Bandeirantes, Manchete e o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT). O debate atingiu uma média de 66 pontos de audiência²².

²¹ Depoimento do marqueteiro Paulo de Tarso – Documentário Arquitetos do Poder (2010).

²² Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/erros/debate-collor-x-lula.htm>. Acesso em: 06/01/2014.

A importância dos veículos televisivos como fator preponderante no pleito eleitoral de 1989 tornou-se mais acentuada a partir dos momentos finais que antecederam a votação. A edição do debate presidencial exibido no Jornal Nacional, as vésperas da votação, segundo revisão oficial da própria Rede em seu site *Memória Globo*, provocou “um inequívoco dano à imagem da TV Globo”. De acordo com o texto que se encontra disponível naquele site:

Concluiu-se que um debate não pode ser tratado como uma partida de futebol, pois, no confronto de ideias, não há elementos objetivos comparáveis àqueles que, num jogo, permitem apontar um vencedor. Ao condensá-los, necessariamente bons e maus momentos dos candidatos ficarão fora, segundo a escolha de um editor ou um grupo de editores, e sempre haverá a possibilidade de um dos candidatos questionar a escolha dos trechos e se sentir prejudicado. (Memória Globo digital. <http://memoriaglobo.globo.com/erros/debate-collor-x-lula.htm>. Acesso em 06/01/2014).

Tal posicionamento da emissora em relação aos episódios de 1989 apenas foi exposto em junho de 2008, com a criação do site Memória Globo. Antes disso, a influência da edição do debate no resultado das eleições sempre fora negado pela empresa.

Reunir os depoimentos de testemunhas importantes no episódio configurou-se como tentativa da emissora redimir-se de responsabilidade direta pelo erro, lançando-a para os funcionários e suas “paixões” políticas. Dessa maneira, a Rede Globo estava reconhecendo o erro, mas atribuindo toda a responsabilidade para os envolvidos na edição. O objetivo em ceder espaço para determinada versão seria:

(...) mais de um projeto de manutenção de seu status do que a configuração de um horizonte de expectativas diverso. Redimindo-se com o passado e procurando isentar-se ao máximo do seu envolvimento com tais polêmicas, busca-se libertar as marcas do passado que possam de alguma maneira vir a conter o projeto mantenedor de sua credibilidade. (CASTRO, 2008, p. 12)

O clima de instabilidade e tensão e o afloramento das paixões políticas individuais por determinado candidato influenciou de maneira perceptível o processo de edição. As diversas versões apresentadas pelos principais envolvidos no episódio revela a existência de interesses e inclinações ideológicas divergentes.

Utilizar-se de um telejornal, que, no dia da exibição do compacto, alcançou os 61 pontos de audiência (cf. MEMÓRIA GLOBO), para “produzir” os melhores

momentos de Collor e os piores de Lula, revela também a face de dependência da mídia com os grupos encastelados no poder. Uma dependência, que nas palavras de Bourdieu (1997), “pesa uma série de restrições” referentes “às relações sociais entre os jornalistas”. Nesse campo, destacam-se dois tipos de relações: “relações de concorrência” e as “relações de convivência”, essa última “baseada em interesses comuns”.

Além de interferir diretamente na formatação dos “melhores momentos” do debate, a Rede Globo agiu de forma a criar “uma realidade impostada” assumindo “a vanguarda na arte de falsear e até substituir a realidade” (KUCINSKI, 1998, p. 30).

Contudo, não surtiria efeito apenas a seleção das melhores colocações de Fernando Collor, seria necessário transformar o exterior do candidato. A participação direta de José Bonifácio de Oliveira Sobrinho²³ na preparação do candidato Collor no dia do debate, aplicando elementos de identificação atribuídos aos setores populares (suor artificial e ausência de gravata), revela a utilização de um aparato midiático para garantir a todo custo a vitória²⁴.

Transformar Collor de candidato da *autoridade* para o candidato do *povo* significava o estabelecimento de “uma ilusão de intimidade”, complementada com uma postura amparada no “dinamismo, a juventude e a vitalidade” (BURKE, 1992, p. 213), elementos incorporados em toda a trajetória política do presidencialista.

O “esquecimento” ou o silêncio é uma necessidade por parte daqueles que foram responsáveis pela eleição de Fernando Collor. Para se chegar à revelação de ter participado da “transformação” de Collor, Boni, em outras entrevistas, chegou utilizar-se de recursos evasivos quando interpelado sobre 1989²⁵, atribuindo este fato como “requeitado” ou seguindo o discurso da Rede Globo, de lançar a responsabilidade da edição para os funcionários e suas “paixões políticas”.

²³ Em depoimento ao programa Dossiê Globo News em 26/11/2011, Boni relewa como ajudou a preparar o candidato Collor para o debate. (Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/videos/videosoi/boni_relembra_o_lt_br_gt_debate_collor_vs_lul Acesso em 10/02/2014).

²⁴ De acordo com o livro *Jornal Nacional: A notícia faz história*, no dia 16 dezembro o telejornal divulgou os números do Ibope sobre a corrida presidencial: dando 47% para Collor e 46% para Lula. No comentário Alexandre Garcia informava se tratar de um empate técnico e que a tendência de crescimento de Lula se mantinha.

²⁵ As respectivas entrevistas foram concedidas no programa *Roda Vida* de 2010 (<http://www.youtube.com/watch?v=Hvanc1rjNwQ>. Acesso em: 18/10/2013) e 2011 (http://www.youtube.com/watch?v=HFW5_AC11KM. Acesso em: 20/10/2013).

Em entrevista ao programa *Roda Viva* em 2010, Boni relata que as duas edições dos debates – *Jornal Hoje* e *Jornal Nacional* – encontravam-se distorcidas: segundo ele, na edição do *Jornal Hoje* havia um empate de 0 X 0 e na do *Jornal Nacional*, 3 X 0 para Collor. Na entrevista ao mesmo programa em 2011, o entrevistado buscou desviar-se do tema 1989: “é um assunto que já está bastante requeentado”.

No seu livro de memórias – *O Livro do Boni* (2011) – existe a utilização de um discurso que visa diminuir o peso causado pelo impacto da edição do *Jornal Nacional*, caracterizando-o dessa forma: “Inútil, visto que o debate havia registrado 66% de audiência no *pool* de emissoras e o JN registrou 61%, **o que não mudaria a opinião de quem havia assistido ao debate na íntegra**” - grifo nosso).

Após a apuração oficial, o resultado final do segundo turno das eleições presidenciais de 1989 teve o seguinte desfecho: Collor obteve 42, 75% dos votos e Lula 37, 86% (*Jornal Nacional*, 2004, p. 209.). A vitória do “caçador de marajás” significou a retomada de “um novo período de investidas da burguesia contra os trabalhadores.” (MOURA, 2010 p. 52). O governo de Fernando Collor iniciaria o projeto de implantação do neoliberalismo. Todas as etapas desse processo foram energicamente fiscalizadas por determinados órgãos de imprensa, com destaque a revista *Veja*.

CAPÍTULO II – O GOVERNO COLLOR (1990-1992), O IMPEACHMENT E AS PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES MEMORIALISTAS SOBRE O PROCESSO (1992-1993-1995-1997)

Empossado em 15 de março de 1990, Fernando Collor baixou um drástico pacote econômico²⁶, que tinha por objetivo frear a galopante inflação que assolava o país. Contradizendo o que estava contido nos discursos de campanha, “pela primeira vez durante os processos de crise hiperinflacionária, uma política pública interferiu diretamente na esfera privada dos indivíduos e das famílias” (KUCINSKI, 1998, p. 173). Na prática o governo de Fernando Collor estava impondo medidas impopulares, estas distantes daquelas propostas no horário eleitoral.

No campo econômico e social, iniciaram-se as medidas mais efetivas de implantação do neoliberalismo. Tornava-se necessário a “defesa dos projetos políticos de desregulamentação da economia, para permitir no Brasil os setores conglomerados: telefonia, bancos, mercado de valores, publicidade (...)” (SILVA, 2009, p. 21). Tais medidas neoliberais vinham ao encontro aos interesses de parte do empresariado, que paulatinamente ocuparia setores e serviços que antes eram atribuição do Estado.

Significava que deveria ocorrer a adequação da burguesia, como classe dominante, a esse novo panorama econômico e social. Nesse projeto a mídia desempenharia um relevante papel, “educando” a classe dominante a fazer parte da “nova ordem mundial” e o governo a implantá-la.

Desde os primeiros meses de governo a revista *Veja* esteve presente na cobertura de todas as medidas de abertura e desregulamentação do Estado. O tom de cobrança é uma constante nesses primeiros momentos²⁷. Contudo, a revista assumiu ao mesmo tempo uma postura de colaboração, na promoção imagética do presidente, através da cobertura do cotidiano “andando de jet-ski, fazendo exercícios físicos, lutas marciais, usando ‘camisetas-mensagem’, pilotando caças e Ferraris, entre outras” (SILVA, 2009, p. 55). Postura essa que também foi encampada pelos veículos televisivos.

²⁶ Ver: revista *Veja* – edição de 21/03/1990: sobre a Posse de Fernando Collor e o pacote econômico.

²⁷ Ver: revista *Veja* – edições de 20/06/1990 e 07/11/1990.

O tom que marcará o governo Collor - corrupção - é dado desde os seus primeiros momentos²⁸. Porém, a grande imprensa seguiu por um longo tempo a apuração mais detalhada das denúncias que envolviam os principais escalões do governo. Segundo Silva (2009, p. 68), a continuidade do projeto neoliberal era o principal objetivo em detrimento de outras questões.

Em 1992, a crescente profusão de denúncias tornou inviável o alheamento de setores da imprensa. De início, tem-se um posicionamento midiático em isolar o presidente das acusações²⁹. Estratégia que fica mais clara com a conclamação da *Veja* ao entendimento e a articulação política em nome do *projeto* de abertura econômica (SILVA, 2009, p. 60). Com o passar dos meses, toda a estrutura de sustentação de Collor encontrava-se defasada, tanto do setor político quanto da imprensa.

A promessa de acabar com a inflação não foi cumprida. As denúncias de corrupção e enriquecimento ilícito contrastavam com um país que ainda estava mergulhado em uma grave crise econômica. A edição da revista *Veja* de 27 de maio de 1992 – *Pedro Collor Conta Tudo* – significou um marco de rompimento de alguns setores da imprensa com o desgastado governo Collor³⁰. Nesse momento:

“A imprensa descobriu que lealdade para com seu público, e não ao Palácio do Governo, especialmente em tempos de agruras econômicas, poderia ser comercialmente vantajosa, além de moralmente gratificante” (KUCINSKI, 1998, p. 175).

Porém, não se deve analisar o fenômeno de impeachment de Fernando Collor apenas como fruto do trabalho investigativo da imprensa. Existiu a participação da opinião pública configurada nas manifestações populares, da insatisfação causada pela recessão econômica³¹, de uma considerável mobilização dos partidos de oposição no Congresso Nacional, uma vez que Collor, em decisão pessoal, não constituiu uma maioria parlamentar estável (SALLUM e CASARÕES, 2011, p.180).

²⁸ Ver: revista *Veja* – Edição de 24/10/1990: sobre a saída do presidente da Petrobrás Motta Veiga.

²⁹ Ver: revista *Veja* – Edição de 20/05/1992.

³⁰ De acordo com *Jornal Nacional: a notícia faz história*, no dia 28 de junho a revista IstoÉ publica a entrevista com o motorista Eriberto França, confirmando que a empresa Brasil-Jet de Paulo César Farias pagava as contas da Casa da Dinda, a residência do presidente.

³¹ De acordo com BOITO JR. (1996, p. 7), “em 1989, a economia crescera 3,3%. Collor assumiu o governo em 1990 e empurrou a produção para baixo: - 4,4%, em 1990, +1,1% em 1991 e - 0,9% em 1992”.

Destaca-se nesse contexto a participação de setores oposicionistas ligados ao movimento sindical, a exemplo da Central Única dos Trabalhadores (CUT), além do PT. No campo social as políticas neoliberais trouxeram o desemprego e a redução salarial sobre o proletariado. O aumento dos índices de desemprego foi uma das principais consequências do neoliberalismo: “Só nas montadoras do ABC paulista tem-se, de 1990 á 1992 o fechamento de mais de 6000 postos de trabalho” (LEITE *apud* MOURA, 2010, p. 52).

Existia um contexto propício para a futura cassação dos direitos políticos do presidente.

A insustentável posição de Fernando Collor à frente do Planalto foi “sacramentada” a partir de setembro de 1992. Em editorial com o título *O presidente deve sair*, a revista *Veja* de 2/9/1992 (p. 17) atenta para a atual conjuntura, no qual o presidente “está sem condições de governar o país e representa-lo no exterior. Não tem credibilidade para apontar caminhos, exigir sacrifícios, (...)” (SILVA, 2009, p. 77).

As manifestações populares contribuíram para a gradativa falta de apoio da imprensa à manutenção do governo. A caótica conjuntura econômica e social provocou uma situação de mudança no espírito da população, fortalecendo o sentimento de cidadania e responsabilidade pelos acontecimentos em curso (KUCINSKI, 1998, p. 175). A combinação de fatores sociais, políticos e econômicos em determinado período trazem consequências inesperadas para aqueles que estão no poder, pois:

É exatamente porque, a cada momento, os comportamentos da opinião pública são o resultado de uma complexa alquimia entre o estado das mentalidades e o contexto, que é imprudente querer construir “tipos” de atitude diante de um “tipo” de acontecimento.” (BECKER, 1988, p. 188)

Em 29 de setembro de 1992, a Câmara Federal aprovou por unanimidade o parecer que iniciaria o processo de impeachment do presidente Fernando Collor. Em 29 de dezembro o presidente renuncia ao mandato para preservar os direitos políticos, mas o julgamento prosseguiu e o presidente afastado foi condenado à inelegibilidade e à inabilitação por oito anos para exercício de cargos da esfera pública.

Após a saída de Fernando Collor iniciou-se um processo de rememoração daqueles que vivenciaram o período. As memórias e relatos possuem matrizes variadas, posicionamentos e opiniões divergentes e contribuirão para a análise das relações de poder como instrumento que molda o discurso e a apropriação do fato ocorrido.

No momento que marca a posse de Itamar Franco, em substituição a Fernando Collor, a Rede Globo produziu um *Globo Repórter* especial sobre o novo presidente³². Destoando do programa de 1987, época da propagação do fenômeno “Caçador de Marajás”, o *Globo Repórter* de 1992 tinha como principal mensagem a exaltação dos valores cultivados e reafirmados – nesse caso a cidadania - durante as manifestações pelo impeachment. Era o momento de buscar esquecer a amarga experiência do governo Collor. Era necessário para a Rede Globo abordar discursos que exaltassem o povo e ao mesmo tempo colocasse o passado – nesse caso Fernando Collor - como algo a ser “deixado para trás”.

A produção, edição e veiculação do referido programa possuiu a finalidade de focar a participação popular de classe média no movimento favorável ao impeachment. Os movimentos oposicionistas ligados ao proletariado (CUT, PT) não foram mencionados no programa. O processo de cobertura e veiculação das mobilizações do impeachment estava a ser “moldado” de acordo com os interesses da classe dominante, escamoteando a contestação dos efeitos sociais do neoliberalismo sobre os trabalhadores.

Exaltando a classe média cara-pintada, o programa também estava a incentivar o esquecimento dos momentos que precederam o impeachment, incluindo o próprio apoio da emissora à eleição de Collor.

O fim do governo Collor não significou o abandono do projeto de implantação do neoliberalismo. Os entendimentos pela continuidade do projeto prosseguiram³³. Os setores da imprensa envolvidos nesse projeto passaram a adotar uma postura de “esquecimento” gradativo do período Collor e a utilizar-se de hábeis de mecanismos para tal finalidade.

³² Ver: Globo Repórter Posse de Itamar Franco (1992), Disponível em: http://www.loadeer.com/EN/video/zgLPWUpFDk/globo_reparter__posse_itamar_franco__1992/. Acesso em: 05/07/2013.

³³ Ver: SILVA, 1999 – cap. II, governo de Itamar Franco: *Veja* apontando caminhos.

2.1 A imprensa e as memórias do pós-impeachment: desvinculação com o governo Collor.

Em 1993 as memórias relativas ao governo Collor e impeachment encontravam-se vividas no imaginário coletivo. Decorria-se aí um curto período entre o processo de impeachment e o início dos relatos e rememoração daqueles que foram personagens importantes da ascensão à queda do presidente. As imediatas produções tinham por intuito a reafirmação dos princípios e interesses que nortearam o posicionamento dos envolvidos e, além disso, a rentabilidade editorial.

Dentre as principais produções memorialistas, dar-se-á ênfase às obras de dois personagens relevantes, mas politicamente antagônicos: Pedro Collor de Mello e Cláudio Humberto Rosa e Silva. Determinado antagonismo processou-se na medida em que os interesses e interpretações de ambos os sujeitos divergiram no tocante aos motivos que levaram à ascensão e queda do ex-presidente. As contendas familiares que envolviam os irmãos Collor de Mello foram significativas no delineamento do posicionamento entre os autores. De um lado, o algoz e peça-chave no impeachment e, do outro, um dos maiores defensores do ex-presidente. Deve se atentar para a maneira como o lugar preenchido por ambos os personagens nas tramas do poder moldaram a apreensão e o discurso sobre Fernando Collor.

Em seu livro *Passando a Limpo: A trajetória de um farsante*, Pedro Collor busca inicialmente fundamentar suas denúncias em um breve relato biográfico sobre seu irmão Fernando Collor. Um relato norteado por avaliações e juízos derivados por valores de ordem pessoal, que expõe o lado obscuro do ex-presidente, através do possível envolvimento deste com drogas, adultério, homossexualismo e episódios de agressões físicas.

Em determinada parte do livro, Pedro Collor busca fundamentar seu posicionamento de incompatibilidade e atrito com o irmão Fernando, assim descrito:

Aconteceu tudo mais ou menos ao mesmo tempo: o agravamento da doença de papai, a derrocada do casamento de Fernando com Lilibeth, as afrontas à sociedade alagoana, sua ação desagregadora na família, a ganância de utilizar nossa empresa como instrumento da própria vaidade. Uma nefasta alquimia que resultaria no desabrochar pleno de uma personalidade maligna e sem limites. Daí, a origem de nossa incompatibilidade. (COLLOR DE MELLO, 1993, p. 52).

Torna-se conveniente salientar que a animosidade entre Pedro Collor e Cláudio Humberto perpassa em ambas produções. Situação que iria gerar acusações mútuas de foro íntimo: adultérios, extorsões e contendas familiares.

Cláudio Humberto Rosa e Silva em *Mil Dias de Solidão – Collor Bateu e Levou*, busca refazer toda a sua trajetória a serviço de Fernando Collor. O livro, baseado principalmente em revelações do próprio ex-presidente meses depois do impeachment, é uma tentativa de caracteriza-lo como um sujeito humilhado e inerte perante a situação que se desenrolou em sua carreira política. Para Rosa e Silva (1993, p. 15) existia expectativa de encontrar uma “fera enjaulada”, mas o que observou foi um homem “magoado e prostrado”.

Para Rosa e Silva (1993), Fernando Collor perdeu o mandato devido à falta de atenção e cortesia com os antigos aliados, traço que foi se tornando marcante a partir de sua eleição para presidente.

A imprensa, com destaque para a revista *Veja*, soube canalizar as duas manifestações memorialistas para benefício próprio. Nesse caso, escamoteando os episódios de 1989 e mantendo o foco nas pesadas revelações íntimas de ambos os depoimentos. Por esse ponto de vista, não convinha rememorar as medidas do governo Collor, mas as torpezas íntimas dos seus bastidores, o que o colocaria como algo a ser esquecido. No momento da crise política, apoiar o desastroso governo de Fernando Collor – amparado em altos índices de impopularidade – significaria o possível fracasso na continuação do projeto neoliberal.

Mas a continuidade do projeto neoliberal precisava ser assegurada. Era preciso, para a imprensa e para a classe dominante, colocar a “*ultima pá de lama*”³⁴ no governo Collor.

Na edição de 3 de março de 1993, percebe-se uma mudança significativa na linha de reportagem da *Veja* sobre Fernando Collor – mudança que vinha se processando desde 1992. A revista exhibe como matéria de capa o lançamento do “livro-bomba” de Cláudio Humberto. Na edição, a revista atenta para a importância do livro do ex-porta-voz, que complementaria, segundo ela, o trabalho investigativo da imprensa, mesmo que “ainda há todo um mundo a se descobrir para se explicar

³⁴ Ver: revista *Veja* – Edição de 17 de março de 1993.

como foi possível que, em menos de três anos, o “Caçador de Marajás” fosse escorraçado do poder aos gritos de “Ladrão! Ladrão!”(VEJA, 3/3/1993, p. 16).

Torna-se perceptível a tentativa da *Veja* incutir a perplexidade e o alheamento da situação, afirmando que “o resultado, cristalizado em *Mil Dias*, é espantoso: Collor, seu governo, seus amigos e parentes são ainda piores do que pareciam³⁵”. Os capítulos do referido livro traziam um farto material sensacionalista, necessário para a *Veja* nesse momento. Dessa forma, 1989 iria ficando em segundo plano e revelações de adultério na família Collor de Mello ganhavam uma atenção maior (Idem, p. 20).

Com um pequeno intervalo de apenas uma edição, a revista *Veja* surge com a reportagem de capa que estampava o seguinte título: *ÚLTIMA PÁ DE LAMA: Pedro Collor revela que o ex-presidente consumia cocaína no governo e aponta dois casos de adultério de Rosane*³⁶. A revista apresenta um breve resumo sobre o teor das denúncias, que incluíam a prática de rituais de magia negra e casos de adultério mútuo do ex-casal presidencial.

A revista *Veja* sequencia a reportagem com o pressuposto da sociedade brasileira que vivenciou uma espécie de “fantasia, do estadista dinâmico, inimigo dos privilégios e da corrupção”, um ‘delírio’ que só foi controlado “no ano passado, com as investigações que levaram ao impeachment³⁷”. *Veja* se põe como vítima das circunstâncias negativas do governo Collor, ao lado da maioria dos brasileiros que contribuíram para a vitória de Fernando Collor. Para a revista, todos estavam inebriados com o “Caçador de Marajás” e esqueceram de analisar o seu passado como administrador público.

Dando ênfase a temas sensacionalistas em detrimento de uma análise que privilegiasse as causas que levaram à ascensão e ao impeachment de Collor, a revista *Veja* estaria ocupando o espaço na mediação entre informação/sujeito receptor. Nesse caso, a *Veja* estava conferindo ao fato sua análise e interpretação própria, de acordo com os interesses da classe dominante: a continuidade do neoliberalismo e a desconstrução de Fernando Collor como político comprometido com a *modernidade*.

³⁵ Ver: revista *Veja* – Edição de 3 de março de 1993

³⁶ Ver: revista *Veja* – Edição de 17 de março de 1993.

³⁷ Idem, págs. 16/17.

Para impingir um tom de imparcialidade, mediante a investigação jornalística, a revista *Veja* ainda lança um pequeno fragmento acerca da análise sobre a participação de diversos setores sociais na formatação do candidato Collor. Ela propõe uma análise que:

“Coloca em discussão a atuação de empresários, políticos e dos órgãos de imprensa que ajudaram a forjar a imagem de Collor. Todos colaboraram para que só se conhecessem as virtudes de Collor. Seus defeitos só vieram a tona muito depois”. (VEJA, 17/3/1993, p. 17).

Categoricamente a matéria finaliza atribuindo todo o desenrolar do processo de impeachment a contenda familiar que se abateu sobre os Collor de Mello. A participação da oposição – com destaque ao PT - nas articulações políticas no Congresso Nacional, as mobilizações populares, tudo isso torna-se irrelevante para a referida publicação. Para a *Veja*:

“A grotesca lavagem de roupa suja, no entanto, teve sua serventia no passado e a terá no futuro. Foi ela que deu início à descoberta de quem era Fernando Collor: um presidente corrupto, um chefe de quadrilha que violava a Constituição e levava o país para o abismo. No futuro ela servirá para que se tenha mais empenho em saber quem são os candidatos à Presidência da República. Se, em 1989, se soubesse um décimo do que se sabe hoje sobre o passado de Fernando Collor, dificilmente ele teria sido eleito. O Brasil não teria passado dois anos de ruína e ladroagem”. (VEJA, 17/03/1993, p. 21).

Nas articulações em torno de um nome de consenso, um nome que significasse o “novo” no tradicional cenário político brasileiro, aquele que implantaria o neoliberalismo, Fernando Collor foi o candidato “ungido pelas elites³⁸”. Aquele que manteria em curso o projeto de privatizações e desregulamentação do Estado praticou uma política de distanciamento com o Congresso, instituiu malogrados pacotes contra a inflação, não tirou o país da crise e entrou em atrito com o irmão. Tinha se delineado o quadro propício para inviabilizar sua permanência no Planalto. A revista *Veja* concedeu um amplo espaço em suas edições para disseminar as excentricidades do governo Collor e soube se apropriar dos livros de Pedro Collor e Cláudio Humberto e de suas respectivas acusações para mostrar ao público os estertores do governo, deixando de lado questões que envolviam a participação da própria revista na eleição do “Caçador de Marajás”.

³⁸ Ver: Documentário *Arquitetos do Poder*, 2010: depoimento de Ronald de Carvalho.

2.2 As entrevistas de Fernando Collor ao *SBT Repórter* (1995).

Após um intervalo de dois anos, os referidos livros sobre o governo Collor foram utilizados como parâmetro de abordagem em duas produções jornalísticas. Nesse sentido, terá como ponto de partida a análise das manifestações memorialistas presentes nas respectivas produções que ocorreram entre 1995 e 1997.

O programa *SBT Repórter* de 29 de agosto de 1995³⁹ trazia como fonte de matéria a primeira e exclusiva entrevista de Fernando Collor após o impeachment. Este programa insere-se em um quadro atual do jornalismo, onde a profusão crescente de notícias e do exclusivismo torna-se, segundo Arbex Júnior (2001, p. 88), uma atividade que transforma a notícia em uma mercadoria perecível, tornando-se antiga no mesmo instante da divulgação.

Na entrevista concedida no “exílio” de Fernando Collor em Miami, estabeleceram-se uma série de perguntas que limitavam aos eventos familiares as causas do impeachment. Escalou-se para tal entrevista o repórter investigativo Roberto Cabrini, o mesmo que em 1993, na Rede Globo, descobriu o paradeiro de PC Farias em Londres, após esse ter fugido do Brasil (JORNAL NACIONAL, 2004, p. 273). No dia 12 de agosto de 1993, a equipe de reportagem encontrava-se em um luxuoso restaurante de Miami, filmando o jantar de aniversário do ex-presidente. Um evento que atraiu os olhos de um jornalista, acostumado a um padrão onde:

Os jornalistas *grosso modo*, interessam-se pelo excepcional, pelo que é excepcional *para eles*. O que pode ser banal para outros poderá ser extraordinário para eles ou ao contrário. Eles se interessam pelo extraordinário, pelo que rompe com o ordinário, pelo que não é cotidiano (...). (BOURDIEU, 1997, p. 26).

Buscar a exclusividade e a notoriedade entre o público e os seus próprios pares, leva o jornalista a empreender uma verdadeira “batalha” por notícias que fujam do cotidiano, de momentos que não seriam percebidos por um olhar comum. A exclusividade, por vezes, pode ser um material que contribua para a formação do

³⁹Ver: *SBT Repórter – Fernando Collor, 1995*. (Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=ClznFkvr-0E>) Acesso em: 06/11/2013.

pensamento crítico do espectador ou apenas uma “notícia” sem nenhuma importância ou nexos com a realidade local.

No contexto de atuação do referido jornalista, a filmagem da faustosa festa de aniversário oferecida ao ex-presidente Fernando Collor, mereceu um espaço considerável na edição e exibição do programa, o que também renderia bons índices de audiência.

Quando Roberto Cabrini segue o roteiro da entrevista para o lado das acusações pessoais de Pedro Collor, além de dar continuidade a estratégia semelhante da revista *Veja*, segue-se também uma abordagem característica do jornalismo, do *sensacional*, do *espetacular*. A forma como é noticiada confirma a ideia de que “a televisão convida à *dramatização*, no duplo sentido: põe em cenas, em imagens, um acontecimento e exagera-lhe a importância, a gravidade e o caráter dramático, trágico” (BORDIEU, 1997, p. 25). Dessa maneira, o repórter reacende as denúncias do irmão já falecido, que acusava o ex-presidente de ser corrupto, viciado em drogas, homossexual e de temperamento violento.

O tom das perguntas do repórter irá seguir o método do sensacionalismo e da espetacularização: insinuações sobre a alcunha “Fernandinho do Pó”, e as “investidas” de Thereza Collor.

A estratégia de defesa utilizada por Fernando Collor na referida entrevista seguirá o mesmo método e a mesma linha em outras aparições. Collor evoca o nome de José Serra, como um dos principais nomes cotados a assumirem o Ministério da Economia, em uma tentativa de desvinculá-lo de qualquer insinuação com a tentativa de montar uma rede de corrupção no governo. Mencionar José Serra, neste momento, significava dar o ar de seriedade à composição governamental. Para a mídia, José Serra era um dos políticos mais influentes e respeitados do país (SILVA, 2009, p. 41), membro de um partido fundamental da base de sustentação de Itamar Franco e articulador do prosseguimento da implantação do neoliberalismo no Brasil, com apoio maciço e crescente da grande imprensa brasileira.

As denúncias que associam Fernando Collor como principal beneficiário de uma rede de corrupção montada no governo (1990-1992) são rechaçadas por este

como forma de encobrir os reais motivos do que ele chamou de “golpe”⁴⁰, por não compactuar com o jogo de determinados políticos.

Apesar de sua condição inelegibilidade, Collor concede a entrevista como uma forma de ganhar simpatia perante a opinião pública, de expor os “reais” motivos de sua condenação pelo Congresso Nacional. Porém, tal apelo destinado à opinião pública não encontraria respaldo, uma vez que: “de uma maneira mais geral, uma manipulação só tem chance de ser bem-sucedida quando acompanha as tendências profundas da opinião pública.” (BECKER, 1988, p. 192).

De acordo com os números de uma pesquisa encomendada pelo programa ao Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística (IBOPE), a opinião pública não se encontrava a favor de Fernando Collor. Existia uma grande rejeição e os veículos de imprensa não tinham motivos para apoiar o ressurgimento de um político desgastado. Por outro lado, o principal objetivo estava em andamento: o projeto econômico neoliberal.

2.3 Entrevista de Fernando Collor ao *Jornal Nacional* (1997)

De acordo com a obra *Jornal Nacional – A notícia faz história* (2004), a entrevista concedida por Fernando Collor, com exclusividade em março de 1997 à repórter Sônia Bridi foi considerada um episódio de “interesse público”. O mesmo Fernando Collor que foi beneficiado pela edição do debate presidencial em 1989, concedeu a entrevista desde que não ocorressem edições ou cortes.

O roteiro das perguntas seguiu uma padronização semelhante àquela utilizada pelo *SBT Repórter* (1995). Nesse caso, a busca da exclusividade transforma a produção jornalística:

É uma limitação terrível: a que impõe a perseguição do *furo*. Para ser o primeiro a ver e a fazer ver alguma coisa, está-se disposto a quase tudo, e como se copia mutuamente visado a deixar os outros para trás, a fazer antes dos outros, ou a fazer diferente dos outros, acaba-se por fazerem todos a mesma coisa, e a busca da exclusividade, que, em outros campos, produz a originalidade, a singularidade, resulta aqui na uniformização e na banalização. (BOURDIEU, 1997, p. 27).

⁴⁰ No terceiro capítulo se dará atenção a imagem que Collor desejava construir de político vítima de um golpe.

Diferentemente do Collor eloquente e polido, as “adversidades” e o teor das perguntas – a principal sob um possível vínculo deste com PC Farias e a máfia italiana – provocaram uma reação de descontrole: “O Collor que os telespectadores viram no vídeo parecia totalmente descontrolado. Irritado com as perguntas, gritou, deu socos na mesa e chegou a chamar a repórter de “filhotinha”. (JORNAL NACIONAL, 2004, p. 291).

A tensão crescente, o esbravejar do ex-presidente, todos esses foram elementos que levou a cúpula do jornal a colocar toda a entrevista no ar. O espetáculo, o sensacional e o exclusivismo causou um grande impacto na redação, mantendo a atenção e o silêncio de todos os profissionais do jornal (JORNAL NACIONAL, 2004, p. 292).

No momento em que a direção do jornalismo da Rede Globo põe a entrevista de Fernando Collor na íntegra no ar, ela vem de encontro ao que Guy Debord (apud ARBEX Jr., 2001, p. 69) chamou de “sociedade do espetáculo”. Nesse caso, “o espetáculo é a aparência que confere integridade e sentido a uma sociedade esfacelada e dividida”.

Na entrevista, Fernando Collor atribui as acusações a uma “cortina de fumaça”, que visava encobrir o “mastodôntico” escândalo dos precatórios⁴¹. Collor não deixa de criticar a mesma imprensa que, em outro momento, o beneficiou, afirmando: “Que Isso serve a outros escândalos, que foram também enterrados, inclusive com a participação de vocês da imprensa em geral⁴²”.

Na mesma entrevista, Fernando Collor ainda procurar imprimir em seu discurso o que Bourdieu (1997, pp. 25-26) denominou de “palavras grandiloquentes”, “palavras extraordinárias” que visavam consternar o telespectador do seu “padecimento” e “sofrimento”. Momentos dessa envergadura trazem à tona o “mecanismo hipnótico da simulação e espetacularização do mundo pela televisão”, fazendo-nos vislumbrar a sua “estrutura alcance e profundidade” (ARBEX, 2001, p.83).

⁴¹ Em dezembro de 1996 foi instaurada pelo Senado Federal a “CPI dos Precatórios”, que visava investigar irregularidades na emissão de títulos precatórios. O escândalo só ficou nacionalmente conhecido a partir da divulgação das mesmas irregularidades na prefeitura de São Paulo, sob a administração de Celso Pitta.

⁴²Entrevista de Collor no Jornal Nacional, 1997 Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=DHc9ulfX1xE>. Acesso em: 10.11.2013

Nas últimas considerações, o ex-presidente faz uma breve retratação: “Me desculpe a veemência e a indignação que toma conta de mim, por isso que estou falando assim⁴³”. Por último, a mídia reitera a situação de Collor perante a Receita Federal: “Mas Collor estava sendo processado sim. Já tinha sido inclusive publicado no Diário Oficial que a Receita Federal estava cobrando 8,6 milhões de reais do ex-presidente”. (JORNAL NACIONAL, 2004, p. 292). Dessa forma os órgãos de imprensa estavam delimitando a incompatibilidade de Collor com o projeto político maior, de aprofundamento do neoliberalismo.

As consequências vieram. Após essa entrevista o ex-presidente Fernando Collor amargou um longo ostracismo e esquecimento. As notícias que circulavam sobre este eram esparsas e diminutas, contrastando com a época do governo, onde os pedidos de entrevistas e as manchetes do dia eram exclusivamente sobre suas ações e exposições.

O silêncio de Fernando Collor apenas seria quebrado em cadeia nacional após a sua volta a um cargo eletivo. Isso se processou no ano de 2007, quando, como Senador da República, fez um longo pronunciamento sobre as causas do seu silenciamento.

Ao contrário do ostracismo de Collor, o neoliberalismo, iniciado por ele, crescia a passos largos no Brasil.

⁴³ Entrevista de Collor no Jornal Nacional, 1997.

CAPÍTULO III – A VOLTA DE FERNANDO COLLOR AO CENÁRIO POLÍTICO E OS 20 ANOS DO IMPEACHMENT.

A classe dominante e a mídia, elementos decisivos na promoção da imagem de Fernando Collor no final da década de 1980, só apoiariam o impeachment nos últimos “capítulos” do seu desfecho. A certeza da derrota de Collor no Congresso provocou uma nova rearticulação das elites: “(...) a nova preocupação das elites passou a ser a retomada de algum grau de controle sobre a situação, alinhando-se ao lado vencedor, para comandar a transição” (KUCINSKI, 1998, p. 172).

Nesse contexto de readequação do projeto neoliberal às intempéries políticas, Fernando Collor não era mais o representante ideal dos anseios da elite. Os frequentes casos de corrupção, embasados pelas denúncias do irmão Pedro Collor, e os movimentos populares de contestação puseram na prática a inviabilidade em apoiar a permanência do presidente.

Era preciso criar uma atmosfera de repúdio e esquecimento dos episódios da era Collor. As obras de Pedro Collor e Cláudio Humberto foram providenciais para esse intento. Entre 1993 e 1997, jornais, revistas e a TV deram destaque ao submundo da Casa da Dinda e do Palácio do Planalto: as intrigas, adultérios e todo o tipo de episódios tórridos que envolviam os membros do governo, principalmente o ex-presidente Collor.

O político que conseguiu incorporar os trejeitos e a linguagem televisiva ao seu cotidiano no início de sua ascensão, não soube apropriar-se desse veículo para o próprio soerguimento moral. As entrevistas de Fernando Collor que se sucederam após 1993 foram exemplos claros de desespero, descontrole e fúria perante perguntas de foro privado, temas que foram explorados para a sua derrocada. As respostas e explicações saíram imprecisas e inconvincentes. A partir de então, Fernando Collor passou ao esquecimento da imprensa e por consequência de considerável parcela da população que se fia em suas notícias como única fonte de informação (KUCINSKI, 1998, p. 16-17).

Apenas em 2007, Fernando Collor encontrava-se em uma posição favorável para utilizar-se de um veículo midiático de alcance nacional (TV Senado), para expor o seu ponto de vista sobre o impeachment. Eleito senador pelo estado de Alagoas,

Collor dispunha de um espaço, sem nenhum tipo de limitação de roteiro de entrevista ou repórter com perguntas “inconvenientes”.

Em um discurso com mais de três horas de duração, Fernando Collor continuava com sua particular oratória. O que o diferenciava de outros tempos era a supressão dos “clichês e jargões” (KUCINSKI, 2001, p. 79) característicos da época do Planalto. Sem espaço e apoio das grandes corporações midiáticas, a Tribuna do Senado foi seu espaço de manifestação.

No preâmbulo do seu discurso, Collor de Mello (2007) considera que a participação popular no movimento pró-impeachment foi motivada “(...) pelo fragor das ruas insufladas pela cegueira das emoções”. Collor tentou buscar na História o subsídio do seu discurso, realizando uma breve analogia entre o impeachment e os processos de deposições e golpes que compuseram a história do regime republicano⁴⁴. Fernando Collor, político que no início da carreira foi beneficiado pelo regime militar, desejava associar seu afastamento a episódios como a renúncia de Jânio Quadros e a ação que depôs o sucessor João Goulart (COLLOR DE MELLO, 2007, p. 5-6).

De acordo como ex-presidente, a instauração de um processo de impeachment teve por finalidade a ação jurídica e política contra graves crises institucionais. Sob seu ponto de vista, o processo que moveram contra seu mandato serviu como instrumento de vingança política, afirmação pessoal e desforra particular.

Para além das afirmações e conjecturas presentes no discurso do senador Fernando Collor, percebe-se, desde os primeiros momentos do seu governo, o clima de instabilidade política com o Congresso Nacional. Segundo Martuscelli (2010) o governo Collor negava espaço aos partidos do bloco aliado na construção das principais políticas governamentais, sociais e econômicas.

O andamento do discurso é complementado pelas palavras, na maioria de apoio, dos senadores que vivenciaram o período do impeachment. Em seu aparte, o senador Artur Virgílio (PSDB⁴⁵-AM) fez um elogio explícito às medidas neoliberais

⁴⁴ Collor de Mello (2007) cita os episódios da abdicação imposta a D. Pedro I, da renúncia do Marechal Deodoro, a deposição e extradição de Washington Luís, o suicídio do presidente Vargas, o impedimento de seu sucessor Café Filho e do substituto Carlos Luz.

⁴⁵ Partido da Social Democracia Brasileira.

implantadas no governo Collor (VIRGÍLIO apud COLLOR DE MELLO, 2007, p. 24). Os elogios escamoteiam um aspecto importante a ser levantado: parte das primeiras medidas do governo não agradaram os setores ligados ao capital, pois:

Enquanto setores vinculados ao grande capital industrial reclamavam do acelerado processo de abertura comercial, o grande capital bancário e financeiro mostrava-se insatisfeito com a morosidade do governo federal para aprovar as medidas de desregulamentação da economia. (MARTUSCELLI, 2010, p. 543).

Percebe-se que ambos os setores ligados ao grande capital pregavam a celeridade na implantação das medidas neoliberais. Tal reivindicação explica-se pela necessidade dos referidos grupos se manterem em bases econômicas sólidas, estas só seriam viáveis caso o governo as aplicasse com maior velocidade e empenho.

Durante o seu governo o presidente Collor assumiu uma atuação em duas frentes. De acordo com Skidmore (apud SALLUM E CASARÕES, 2011), o ex-presidente atuava como a ponte entre o mundo tradicional, em fase de desaparecimento, e o setor moderno que estava em franca expansão.

No aparte do senador Francisco de Assis de Moraes Souza, conhecido por “Mão Santa” (PMDB-PI), exaltou-se a forma como o ex-presidente se portou na defesa da ordem capitalista, no qual: “V. Ex^a. irradiou uma autoridade tão grande que, de repente, no país – porque estavam aí os comandos grevistas – leu-se novamente na bandeira “Ordem e Progresso”. (COLLOR DE MELLO, 2007, 39).

As palavras do senador vêm ao encontro a uma característica marcante sua: a comunicabilidade e a intransigência:

O maior problema de Collor era sua maneira de ser. Sua boa aparência e queda por esportes arriscados o haviam tornado o político brasileiro mais telegênico em muitas décadas. [...] No entanto, a boa aparência não conseguia esconder uma atitude arrogante, própria de uma fase anterior da política brasileira. [...] Estava habituado a fazer poucas concessões ao lidar com outros políticos. Parecia a encarnação do “coronel” da política nordestina, acostumado a mandar (SKIDMORE apud SALLUM E CASARÕES, 2011, p. 168).

Atuando de maneira “belicosa” em seu relacionamento com o Congresso Nacional e parte da imprensa⁴⁶, Fernando Collor deixou de perceber que no sistema político:

“(...) não basta receber 35 milhões de votos; em uma sociedade recém-democratizada como a brasileira, complexa e com novos atores políticos, seria fundamental gerar consensos por meio da negociação” (SALLUM JR. e CASARÕES, 2011, p. 168).

Como forma de escamotear esse aspecto característico do início de seu governo, o senador Fernando Collor cita as medidas de desregulamentação do Estado e privatizações como intervenções positivas. O Partido da Frente Liberal (PFL), um dos principais defensores do neoliberalismo e aliado incondicional até os últimos momentos do impeachment (SILVA, 2009, p. 67), já havia manifestado o contentamento com a política econômica de Collor no discurso do deputado baiano Luiz Eduardo Magalhães em 29 de setembro de 1992:

“(...) o presidente da República está sendo vítima também dos seus acertos. Temos a política de modernização da economia de mercado, a diminuição das alíquotas de importação (...) a liberação de todos os preços, as reservas cambiais, os acordos externos, enfim todo um lado positivo (...)” (EDUARDO MAGALHÃES apud COLLOR DE MELLO, 2007, p. 48)

Dando continuidade, Luiz Eduardo Magalhães lançava as futuras diretrizes do projeto econômico, independente da votação do impeachment que estava em curso:

“(...) é preciso que se tenha consciência das **responsabilidades daqueles que poderão eventualmente exercer o poder.** (...) creio que só com a reforma constitucional poderemos diminuir o Estado, tirar as amarras e equacionar a questão do déficit público. Entendo que este seria o momento de **passar o país a limpo e não simplesmente retirar o presidente, sem querer discutir, dando vitória aos corporativistas e às elites brasileiras que precisam repensar o modelo para o Brasil**” (EDUARDO MAGALHÃES, apud COLLOR de MELLO, 2007, p. 48 - **grifo nosso**)

Aproveitando o clima das reivindicações populares em torno de mudanças, o então deputado baiano mencionava sobre a necessidade da ocorrência de uma reforma constitucional, tais modificações iriam retirar todas as “amarras” que dificultavam a implantação efetiva do neoliberalismo.

⁴⁶ De acordo com Skidmore (2000) apud Sallum e Casarões, a escolha de Cláudio Humberto na pasta da Secretaria de Imprensa, este utilizador de uma linguagem ofensiva contra jornalistas e editores, refletia o lado “belicoso” do então presidente Collor.

Para o então deputado, existia uma suposta “elite” que dificultava o andamento do projeto. Tal discurso desejava desvincular a participação dos sindicatos, partidos de esquerda e movimentos sociais na defesa das conquistas sociais e trabalhistas almejadas na Constituinte. O objetivo de tais palavras era a ocultação das lutas de classes (DE DECCA, 1980, p. 69), configuradas como entrave à efetivação das medidas neoliberais.

As palavras do deputado Luiz Eduardo Magalhães visavam dirimir o estado de crescente tensão social do período, que ganhou contornos mais acentuados a partir da década de 1980. Segundo Sallum e Casarões (2011), o acirramento das tensões sociais se intensificaram mediante a incapacidade do sistema político e econômico em acatar as referidas reivindicações.

Tais reivindicações vinham de encontro com um panorama, no qual a sociedade brasileira estava vivenciando uma série de transformações, oriundas a partir de um quadro econômico e social, caracterizado dessa forma:

A estagnação do crescimento *per capita* e a elevação da taxa de urbanização teriam se refletido em inflação crescente e em aumento de participação política, tanto associativa como eleitoral. O sistema político, no entanto, embora definindo uma nova norma reguladora, a Constituição de 1988, apresentava uma capacidade declinante de acomodar, de forma legitimada, os conflitos. Mais ainda, o Estado perdeu capacidade de impulsionar o crescimento econômico, na medida em que entrou em crise fiscal, pressionado pelos encargos do endividamento externo e pelas pressões redistributivas. (SALLUM E CASARÕES, 2011, p. 187).

A política econômica baseada no endividamento externo trouxe consequências negativas para a população e a classe empresarial. As classes dominantes articularam-se em torno de um projeto que reacendesse a cambaleante economia e diminuísse a capacidade de articulação e reivindicação dos setores sociais mais atingidos pela crise. O panorama social e econômico que Fernando Collor encontrou ao assumir a presidência em março de 1990 ganhou contornos mais dramáticos no decurso da imposição das medidas neoliberais.

O processo de impeachment e seus desdobramentos finais ocorrem em meio a crescente onda inflacionária e de insatisfação social. Vale ressaltar que

Cabe não esquecer que a crise do impeachment ocorreu em circunstâncias históricas muito especiais. Aconteceu em meio a um processo inacabado de

transição política, marcado por movimentos de democratização política e liberalização econômica e regulado precariamente por um Estado cuja capacidade de comando sobre a sociedade e o mercado era muito débil. (SALLUM E CASARÕES, 2011, p. 196).

Em grande parte do seu discurso, Fernando Collor desejava ressaltar a inconstitucionalidade e a arbitrariedade do processo de impeachment. Chegou a emocionar-se quando lembrou os últimos momentos como presidente e a negativa do piloto em sobrevoar uma obra do seu governo na cidade satélite de Santa Maria⁴⁷. Para Collor de Mello (2007, p.76), as circunstâncias da sua saída foram provocadas por forças políticas que estavam alheias aos anseios populares, pois “naquele exato momento, senti que a presidência a que o povo havia me levado já não mais pertencia ao povo, nem a mim”.

De acordo com Sallum e Casarões (2011), apoiar e articular o impeachment, segundo a ótica dos principais partidos oposicionistas, era necessário, uma vez que tais partidos interpretavam as políticas do governo Collor como ameaçadoras a continuidade do processo de democratização. Ideia amparada sob o posicionamento do próprio Poder Executivo, onde prevalecia a estratégia de desvalorização dos partidos no Congresso, uma constante desde os primeiros meses do mandato de Collor.

Dedicar considerável tempo ao pronunciamento de um discurso, transmitido em cadeia nacional, era uma tentativa de desvinculação da imagem de intransigente e corrupto conferida a Fernando Collor. Para alguns parlamentares ouvintes “um discurso limpando a sua história” (WELLINGTON SALGADO apud COLLOR DE MELLO, 2007, p. 88), um discurso que “coloca um ponto final nesse episódio (...) uma grande conspiração contra a sua pessoa” (JAYME CAMPOS apud COLLOR DE MELLOR, 2007, p. 89). Para determinados políticos era o momento histórico, em que se estava escrevendo uma nova página na história “uma página que fala de injustiça e de justiça (...)” (SÉRGIO ZAMBIASI apud COLLOR DE MELLO, 2007, p. 93).

Em meio à série de apertes favoráveis ao senador, existiu, em particular, uma voz dissonante. Em sua declaração, Aloizio Mercadante (apud Collor de Mello

⁴⁷ Discurso de Fernando Collor no Senado (2007). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=vES8Hfmj380>. Acesso em: 16.11.2013.

2007, p. 36), deixa externar que não compactua com parte das declarações dos outros senadores, pois “não compartilho com aqueles que consideram que o trabalho da CPI ou o impeachment se devera à falta de uma relação republicana entre o governo e o Congresso”.

Em todo caso, para Collor de Mello (2007, p. 96), aquele era o momento de “(...) virar definitivamente aquelas páginas doídas de minha vida pública (...)”, de revelar a “farsa” e todo o processo conspiratório que se abateu sobre seu mandato.

A ocorrência do discurso no Senado não possuiu uma considerável repercussão na imprensa, se comparadas ao período do governo de Alagoas ou da presidência da República. Em matéria do Portal de Notícias do Senado, lia-se como manchete: “*Em seu primeiro discurso no Senado, Collor diz que foi vítima de acusação sem provas e de vingança*⁴⁸”, sequenciado pelos principais tópicos do discurso, referentes as revelações do ex-presidente sobre os “reais” motivos do impeachment.

Por sua vez, a revista *Veja* publicou matéria sobre o discurso do senador Fernando Collor em um pequeno espaço (uma página), tendo por título “*Passado a limpo: Fernando Collor volta à cena de olho no futuro e tentando enganar a história*⁴⁹”. Nesse contexto, a *Veja* manifestou ceticismo com o discurso:

“Há duas semanas, ele foi à tribuna do Senado e fez seu primeiro pronunciamento como parlamentar, exatamente quinze anos depois de ter sido afastado da Presidência da República. Por pena, respeito, cumplicidade ou outro sentimento menos nobre, os senadores ouviram passivos Collor chorar e se colocar no papel de vítima de uma farsa política.” (VEJA, 28/3/2007, p. 68)

Proferindo o longo discurso no Senado, Fernando Collor buscava conferir status da “verdadeira história” ao episódio e, por conseguinte, “virar a página”, colocando a sua versão como definitiva e acabada.

3.1 - Dossiê *Globo News* e a nova postura de Fernando Collor

⁴⁸ Disponível no Site: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2007/03/15/em-seu-primeiro-discurso-no-senado-collor-diz-que-foi-vitima-de-acusacao-sem-provas-e-de-vinganca>. Acesso em: 28/01/2014.

⁴⁹ Ver revista *Veja* – Edição de 28 de março de 2007, p 68.

Em 2009, o canal *Globo News* exibiu uma nova entrevista de Fernando Collor, concedida ao jornalista Geneton Moraes Neto⁵⁰, exibida no programa *Dossiê Globo News*. Ao tratar sobre a breve biografia do entrevistado, a edição do programa omite o clima de instabilidade política e social que ocorria em 1989. O programa apenas tratou o episódio como “uma eleição empolgante⁵¹”. Em relação a uma abordagem que privilegiasse o olhar crítico sobre as eleições presidenciais de 1989, os editores preferiram a exibição de cenas e imagens impactantes de maneira resumida.

A abordagem do programa sobre as eleições de 1989 deixava transparecer que a ocorrência do evento era inevitável, algo naturalizado. Determinada estratégia de veiculação de notícia vem de encontro à necessidade de desvinculação da mídia com a vitória de Fernando Collor. Dessa forma, percebe-se que:

A apreensão crítica da realidade é dificultada em função: da naturalização do acontecido (a partir da qual o evento assume o caráter de inevitabilidade que, muitas vezes, o legitima); da sua dissociação com os demais eventos; da análise à escala local e conjuntural – sem referência aos processos mais amplos e às estruturas – (...) (RODRIGUES, 1999, p. 17).

As perguntas feitas por Geneton Moraes ficaram limitadas a episódios que culminaram no impeachment e as possíveis “soluções” para evitar o processo. Em 02 de outubro de 1992, Fernando Collor ainda daria mais um exemplo do seu comportamento “pirotécnico”: permitindo que a assinatura do ato de seu afastamento fosse transmitida ao vivo. Por trás da concessão da transmissão do evento, existiria a intencionalidade em eximir-se de todas as acusações, pois segundo Collor de Mello (2009):

“Porque eu queria que todo mundo presenciasse uma pantomima. Isso foi uma farsa, um jogo de farsantes, um jogo subalterno, sujo, inóspito, sempre. Que fique registrado por aqueles que escrevem a História. Porque eu faço a História, vocês escrevem a História. Que fique registrada a grande farsa em que se transformou esse afastamento, comemorado em cantos e loas como uma demonstração da vitalidade da nossa democracia, quando, ao contrário, a fragilidade nossa democracia. Demonstrou o quão frágeis são as nossas instituições” (Disponível em: Disponível em:

⁵⁰ Geneton Moraes Neto, natural de Recife, nascido em 13/07/56. Trabalha para a Rede Globo desde 1985. Já foi editor-executivo do *Jornal da Globo* e do *Jornal Nacional*; correspondente da *Globonews* e do jornal *O Globo* em Londres; repórter e editor-chefe do *Fantástico* por duas vezes. Disponível em: <http://www.geneton.com.br/quem/>. Acesso em: 15/01/2014.

⁵¹ Ver: Dossiê Globonews – Fernando Collor. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=6N7mr3WZPvQ>. Acesso em: 05/12/2013.

<http://g1.globo.com/platb/geneton/tag/fernando-collor/> Acesso em: 06/02/2014).

Sobre o confisco das cadernetas de poupança – uma medida drástica e de impactos profundos na sociedade brasileira – o ex-presidente evoca principalmente o nome de Mario Henrique Simonsen, este um dos primeiros mentores da política econômica de estancar a liquidez monetária (<http://g1.globo.com/platb/geneton/tag/fernando-collor/>).

O ex-ministro Simonsen era visto pela revista *Veja*, de acordo com Silva (2009), como um dos membros da “elite da elite”, “as pessoas mais influentes entre as pessoas consideradas influentes” (SILVA, 2009, p.40). Suas ideias e propostas estavam de acordo com o pensamento da elite dominante e notadamente deveriam ser colocadas em prática.

Utilizando a figura de Mario Henrique Simonsen como um dos principais mentores do confisco, Fernando Collor demonstrava que agia de acordo com os interesses das grandes corporações capitalistas.

Destoando de considerável parte das entrevistas concedidas em anos anteriores, o ex-presidente comportou-se de maneira polida em todas as indagações do repórter. O decurso dos anos influenciou na maneira de Fernando Collor reportar-se ao público, uma vez que a forma exasperada de outros momentos não surtiu o efeito esperado para o ex-presidente. É preciso salientar que decorriam quase vinte anos desde o impeachment.

3.2 Os 20 anos do impeachment: a memória produzida pela mídia sobre o episódio

A apresentação do programa *Arquivo N* do canal *Globo News*, referente aos 20 anos do impeachment de Fernando Collor, segue uma linguagem didática na abordagem dos principais episódios que culminaram no processo. Nos primeiros momentos do programa, a exaltação da participação popular é elencada. Tentava indicar que o Brasil unido poderia retirar Collor do poder na lei e na ordem⁵².

⁵² Ver: Arquivo N – Impeachment de Fernando Collor. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=t9GvefCDQjo>. Acesso em: 09/12/2013.

O programa deixou, intencionalmente, de mencionar a participação de camadas populares vinculadas ao sindicalismo (CUT) e dos partidos de esquerda. Padronizou o manifestante: cara-pintada, membro da classe média e nacionalista. Uma estratégia baseada na busca pelo esquecimento das reivindicações sociais elencadas por esses setores, em contestação às medidas neoliberais impostas pelo governo Collor, que afetaram a maioria da população.

Recorre-se a rememoração das célebres imagens do Globo Repórter sobre a posse de Itamar Franco (1992) e o discurso do jornalista Pedro Bial elogiando a incorporação da cidadania no cotidiano do brasileiro naquele contexto. Nesse caso, as memórias sobre o impeachment passam a ser “formatadas” em consonância com os interesses dos proprietários do veículo de comunicação. Estabelecer determinado posicionamento, reiterando alguns fatos em detrimento da omissão de outros tidos por “incômodos”, vem de encontro aos interesses personalistas da emissora, onde:

A anulação de uma memória incômoda significa a eliminação daquilo que a alimenta, assim como a desqualificação dos que insistem em expressá-la ou resgatá-la. E o vácuo gerado é preenchido, então, com outras orientações, partidos políticos e indivíduos que, ao distanciar-se de fatos considerados comprometedores, reciclam o seu passado para serem reaproveitados pelo atual sistema de poder. (PADRÓS, 1999, p. 34).

Na matéria, coube ao jornalista Jorge Bastos Moreno⁵³ a explicação dos principais fatos que compuseram o andamento e o desfecho do impeachment de Fernando Collor. Segundo a versão do programa, o surgimento de Fernando Collor no cenário político nacional está intimamente relacionado a uma campanha de marketing bem articulada. A Rede Globo, nesse caso, estava conferindo à personalidade de Fernando Collor o principal fator de alavancada no cenário político da época. Por outro lado, Jorge Bastos Moreno apontou a liberdade de imprensa como um dos principais elementos que contribuíram para a queda do presidente, em uma época que eram escassas as transmissões ao vivo.

O discurso do referido jornalista omite as condições em que se processou a adesão dos principais veículos midiáticos a causa do impeachment. Uma adesão que se concretizou quando era inviável a permanência de Fernando Collor no poder e as manifestações populares aumentavam consideravelmente. Uma situação que

⁵³ Jorge Bastos Moreno trabalha como jornalista desde a década de 1960. Durante a campanha presidencial de 1989 foi assessor de Ulysses Guimarães.

expõe o comprometimento de setores da imprensa com os grupos dominantes, sendo que:

Se em sua fase inicial a imprensa cumpria o papel de informar, divulgar e intermediar publicamente o raciocínio das pessoas privadas, agora, ao contrário, o público passa a receber a informação determinada por grupos privados. (...) A disputa entre interesses privados, que por meio da mídia assume uma aparência pública, passa a ser regulada pelas regras do mercado. (ARBEX JÚNIOR, 2001, p. 60).

As referidas produções jornalísticas se configuraram como fontes de levantamento e análise na composição do texto. Contudo, para uma melhor compreensão e crítica dos documentos coletados torna-se necessário a observância de que:

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. (LE GOFF, 2012, pp. 521/522).

No período que marcou os 20 anos do impeachment, o ex-presidente da República Fernando Collor ocupava o posto de senador da República pelo PTB. Encontrava-se na posição de representante da base aliada do governo petista, partido que em circunstâncias anteriores era o principal alvo de ataques em sua campanha presidencial.

A produção jornalística inicialmente analisada adotou um discurso contraditório: ao mesmo tempo em que evocava e dignificava a participação popular sob a égide da cidadania, existia o estabelecimento da omissão de episódios que poderiam lançar um novo olhar acerca da construção da candidatura de Fernando Collor, atrelada a defesa pela continuidade e efetivação do projeto neoliberal.

CONCLUSÃO

A ocorrência do processo de impeachment fez a classe dominante readequar-se à nova configuração política. Os veículos de comunicação foram primordiais na “formatação” e manipulação das memórias sobre a campanha presidencial de 1989, o governo Collor e o impeachment.

Em todos esses eventos foram feitas edições e distorções que primaram pela exclusão dos movimentos de esquerda e dos sindicatos, estes atuantes na crítica aos efeitos negativos do neoliberalismo sobre a classe trabalhadora.

Com essa linha de atuação, a Rede Globo criou em 2008 um espaço virtual dedicado à exposição da sua versão sobre os principais fatos presentes em sua cronologia: o projeto Memória Globo. A emissora incluiu a edição do debate no campo “Erros”, mas atribuiu toda a responsabilidade àqueles que se envolveram diretamente na edição, estes movidos pelas “paixões políticas”.

A inevitabilidade do processo de impeachment e a crescente pressão dos movimentos de massa levaram a imprensa a adotar a normatização do manifestante. O jovem de classe média cara-pintada, desvinculado de qualquer movimento social, sindicato ou partido de esquerda, passou a ser rosto da indignação contra a corrupção e o desemprego, sem contestação a qualquer política neoliberal.

Após os 20 anos do impeachment, a memória que se manifestou em um programa do canal *Globo News*, sobre o período possuiu a mesma conotação de 1992. Deu-se destaque principal à mobilização de uma juventude que estava inconformada com os escândalos de corrupção que faziam parte do governo Collor. Em nenhum momento ressaltou-se a participação de entidades vinculadas ao sindicalismo, aos movimentos sociais ou partidos de esquerdas.

Infere-se que a continuidade do neoliberalismo e a tentativa de anulação das classes que contestam o referido projeto ainda é uma característica que permeia a atuação da classe dominante, sendo a mídia, nesse sentido, atuante como ramificação do pensamento da elite.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros:

ARBEX JÚNIOR, José. **Showrnalismo: a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, Réne. **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BURKE, Peter. **A Fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV**. Rio de Janeiro: 2ª. ed., Jorge Zahar Ed., 2009.

COLLOR DE MELLO, Fernando. **Relato para a História**. Brasília: Senado Federal, 2007.

COLLOR DE MELLO, Pedro. **Passando a limpo: A trajetória de um farsante**. Rio de Janeiro, Record, 1993.

CONTI, Mário Sérgio. **Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

DE DECCA, Edgar Salvadori. **1930, O silêncio dos vencidos: memória, história e revolução**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

FLAMARION, Ciro, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997.

Jornal Nacional: a notícia faz história/Memória Globo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

LE GOFF, Jacques, 1924. **História e memória**. Campinas, SP: 6ª ed., Editora da Unicamp, 2012.

OLIVEIRA SOBRINHO, J.B de. **O Livro do Boni**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.

PADRÓS, Enrique Serra. Tempos de Barbárie e Desmemória. In: FERNANDEZ, Érico Pinheiro, PADRÓS, Enrique Serra, RIBEIRO, Luiz Dario e GORKON,

Christiano van (orgs.). **Contrapontos: Ensaios de História Imediata**. Porto Alegre: Folha da história/ Livraria Palmarinca Editora, 1999, p. 23-38.

RIELLA, Carlos, SANTOS, Ulisses B. dos. Minimização da notícia: um aspecto da mídia brasileira contemporânea. In: FERNANDEZ, Érico Pinheiro, PADRÓS, Enrique Serra, RIBEIRO, Luiz Dario e GORKON, Christiano van (orgs.). **Contrapontos: Ensaios de História Imediata**. Porto Alegre: Folha da história/ Livraria Palmarinca Editora, 1999, p. 159-163.

RODRIGUES, Gabriela. História: uma ciência do presente. In: FERNANDEZ, Érico Pinheiro, PADRÓS, Enrique Serra, RIBEIRO, Luiz Dario e GORKON, Christiano van (orgs.). **Contrapontos: Ensaios de História Imediata**. Porto Alegre: Folha da história/ Livraria Palmarinca Editora, 1999, p. 13-22.

ROSA E SILVA, Cláudio Humberto. **Mil dias de solidão: Collor bateu e levou**. São Paulo: 3ª ed., Geração Editorial, 1993.

SILVA, Carla Luciana. **Veja: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)**. Cascavel: Edunioeste, 2009.

Artigos:

ALVES, José Eustáquio Diniz. As Características dos Domicílios Brasileiros entre 1960 e 2000. **Textos para discussão Escola Nacional de Ciências Estatísticas**, n.10, p 16-30, 2004. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv3124.pdf>. Acesso em: 12/12/2013

CASTRO, Bruno Fernandes de. Memória institucional e institucionalização da memória – a questão dos lugares de fala na produção da narrativa memorial e o projeto Memória Globo, **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Natal, RN – 2 a 6 de setembro de 2008**, UFRJ-RJ e FGV-RJ 2008, pp. 1-13.

SALLUM JR., Brasílio e CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. O impeachment do Presidente Collor: A literatura e o processo. **Lua Nova**, São Paulo, nº. 82, p. 163-200, 2011.

BOITO JR., Armando. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. **Crítica Marxista**, nº 3, p. 1-18, 1996.

KONRAD, Diorge Alceno e LAMEIRA, Rafael Fantinel. Campanha da Legalidade, Luta de Classe e Golpe de Estado no Rio Grande do Sul (1961-1964). **Anos 90**, v. 18, n. 33, p. 67-98, jul. 2011.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. O PT e o impeachment de Collor. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 16, nº 2, pp. 542-568, nov. 2010.

MOURA, Alessandro de. Movimento Operário do ABC Paulista (1978-2010): contestação, intermediação e colaboracionismo. **Revista Eletrônica Aurora**, ano IV, numero 6, p. 36-57, 2010. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/5%20MOURA.pdf>. Acesso em: 25/11/2013.

Edições da Revista Veja:

Revista Veja. **Funcionalismo Público – Uma tragédia brasileira** Edição de 20/06/1990. pp. 28-35. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acesso em: 04/01/2014.

Revista Veja. **Duelo – O governo avisa: os empresários atacam** Edição de 07/11/1990. pp. 32-37. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acesso em: 06/01/2014.

Revista Veja. **O imposto de renda de PC Farias de 1987 a 1991**. Edição de 20/05/1992. pp. 16-24. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acesso em: 12/11/2013.

Revista Veja. **A Praga dos Marajás** Edição de 12/08/1987. pp. 22-24. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acesso em: 16/10/2013.

Revista Veja. **Collor o Caçador de Marajás** Edição de 23/03/1988. pp. 38-45. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acesso em: 17/10/2013.

Revista Veja. **O Dinheiro Sumiu** Edição de 21/03/1990. pp. 58-69. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acesso em: 03/01/2014.

Revista Veja. **Bomba na Saída**. Edição de 24/10/1990. pp. 34-40. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acesso em: 09/11/2013.

Revista Veja. **A Guerra do impeachment**. Edição de 02/09/1992. pp. 17-28. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acesso em: 07/11/2013.

Revista Veja. **O Livro-bomba**. Edição de 03/03/1993. pp. 16-28. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acesso em: 07/01/2014.

Revista Veja. **Sexo Drogas e Brigas na Dinda**. Edição de 17/03/1993. pp. 16-21. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acesso em: 08/01/2014.

Revista Veja. **Por que voar virou uma tortura** Edição de 28/03/2007. p. 68.
Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acesso em: 28/01/2014.

Revista Veja. **Collor Vitória num país dividido** Edição de 24/12/1989. pp. 74-83.
Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acesso em: 18/12/2013.

Vídeos:

Arquivo N – Impeachment de Fernando Collor (2012). Disponível em:
<http://www.youtube.com/watch?v=t9GvefCDQjo>. Acesso em: 09/12/2013.

Documentário Arquitetos do Poder (2010). Disponível em:
<http://www.youtube.com/watch?v=EoA6zsaR0xo>. Acesso em: 08/08/2013.

Dossiê Globonews – Boni (2011). Disponível em:
<http://www.youtube.com/watch?v=YeYOWx05wvE>. Acesso em: 12/10/2013.

Dossiê Globonews com o ex-presidente Collor de Mello/PT 1 (2009). Disponível em:
<http://www.youtube.com/watch?v=6N7mr3WZPvQ>. Acesso em: 05/12/2013.

Entrevista de Fernando Collor ao Jornal Nacional (1997). Disponível em:
<http://www.youtube.com/watch?v=DHc9ulfX1xE>. Acesso em: 10/11/2013.

Globo Repórter – Posse de Itamar Franco (1992). Disponível em:
http://www.loadeer.com/EN/video/zgLPtLWUpFDk/globo_reparter__posse_itamar_franco__1992/. Acesso em: 05/07/2013.

Primeiro Pronunciamento de Collor no Senado (2007). Disponível em:
<http://www.youtube.com/watch?v=vES8Hfmj380>. Acesso em: 16/11/2013.

Roda Viva – Boni (2010). Disponível em:
<http://www.youtube.com/watch?v=Hvanc1rjNwQ>. Acesso em: 18/10/2013.

Roda Viva – Boni (2011). Disponível em:
http://www.youtube.com/watch?v=HFW5_AC11KM. Acesso em: 20/10/2013.

SBT Repórter – Fernando Collor (1995). Disponível em:
<http://www.youtube.com/watch?v=ClznFkvr-0E>. Acesso em: 06/11/2013.

Sites:

<http://www.dicionarioinformal.com.br>. Acesso em: 15/01/2014.

<http://www.marilia.unesp.br>. Acesso em: 25/11/2013

<http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 12/12/2013

<http://www.geneton.com.br>. Acesso em: 15/01/2014.

<http://memoriaglobo.globo.com>. Acesso em: 06/01/2014

<http://www.youtube.com>.

<http://www.loaddeer.com>. Acesso em: 05/07/2013

<http://www12.senado.gov.br>. Acesso em: 08/02/2014

<http://veja.abril.com.br/acervodigital>.

<http://g1.globo.com>. Acesso em: 06/02/2014

<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/>. Acesso em: 10/02/2014